



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

GEOGRAFIA - LICENCIATURA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO
ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL:
INVESTIGAÇÃO SOBRE OFERTA, DEMANDA E DESAFIOS**

FERNANDO ALCOLEA CRUZ

Foz do Iguaçu
2019

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO
ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL:
INVESTIGAÇÃO SOBRE OFERTA, DEMANDA E DESAFIOS**

FERNANDO ALCOLEA CRUZ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Augusto Rocha

FERNANDO ALCOLEA CRUZ

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO
ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL:
INVESTIGAÇÃO SOBRE OFERTA, DEMANDA E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Augusto Rocha

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Augusto Rocha
UNILA

Profa. Dra. Léia Aparecida Veiga
UNILA

Prof. Me. Luiz Henrique Rubens Pastore Alves de Oliveira
IFPR

Foz do Iguaçu, 09 de dezembro de 2019.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Fernando Alcolea Cruz

Curso: Geografia - Licenciatura

	Tipo de Documento
☒ graduação	☐ artigo
☐ especialização	☒ trabalho de conclusão de curso
☐ mestrado	☐ monografia
☐ doutorado	☐ dissertação
	☐ tese
	☐ CD/DVD – obras audiovisuais
	☐ _____

Título do trabalho acadêmico: **FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: INVESTIGAÇÃO SOBRE A OFERTA, DEMANDA E DESAFIOS**

Nome do orientador(a): Prof. Dr. Marcelo Augusto Rocha

Data da Defesa: 09/12/2019

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor:

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho àqueles que creem ser, a educação, ferramenta primordial da emancipação do ser humano e a rocha sobre a qual se constrói uma sociedade cidadã, fraterna, igualitária, justa e solidária.

AGRADECIMENTOS

À minha família que, deste plano e dos outros, foi e é fundamental para a manutenção e realização dos meus sonhos e pela fé irrestrita nas minhas convicções. À minha mãe, Maria Tereza Alcolea Cruz, pelo incentivo constante e pela confiança vibrante nas decisões que tomei. Aos meus avós, Anna Alcolea Cruz e Eduardo Cruz (in memoriam), pela firmeza de propósito e pela certeza no futuro. Ao meu padrinho, José Galvão (in memoriam), pela leveza e simplicidade que só a plena segurança pode trazer. À minha companheira, Roberta Barco Lopes, pela coragem, valentia e caráter.

Aos velhos amigos, Agostinho Alcalai Bernardes, Daniel Lopes Martin Almeida, Flávio Piro de Oliveira, Leandro Ferreira Sarubo, Leonardo dos Reis Carvalho, Pedro Ivo Mariano, Rodrigo Martins de Oliveira, Sidinei Gonçalves da Cruz Júnior e Vitor Augusto Dantas Mascarenhas Moreira, pela mão estendida, pelo abraço apertado, pelo riso e pelas lágrimas compartilhadas por décadas a fio, sem vocês isto não seria possível. Aos novos amigos, companheiros das distintas jornadas, acadêmica e de vida, sobre as quais caminhamos ombro a ombro. Flávia Maria Gomes, Gabriel do Valle Martins, Vinícius Fernandes de Oliveira, cujos nomes, personalidades, talentos e competências estão também incrustados na pedra fundamental deste novo momento da minha história.

À UNILA e aos professores, da Geografia e de outras carreiras, pela generosidade, sabedoria, lições e oportunidades, em especial ao Prof. Dr. Marcelo Augusto Rocha, pela orientação neste trabalho e no cotidiano, tanto na academia, quanto fora dela, à Profa. Dra. Léia Aparecida Veiga, pela suavidade, entusiasmo e convicção no poder emancipatório da educação, ao Prof. Dr. Rubens de Toledo Júnior, pela compreensão e crença na minha capacidade e por ter apresentado o texto fundamental para minha continuação no estudo da Geografia, e ao Prof. Dr. Samuel Fernando Adami, pelo pragmatismo, retidão e oferta inequívoca das ferramentas de método, necessárias para compreender e aplicar nossa disciplina ao trabalho. A todos, pela amizade.

Aos colegas da licenciatura, irmãs e irmãos de ofício, e aos estudantes e mestres do IFPR - Foz do Iguaçu, com destaque ao Prof. Me. Luiz Henrique R. P. Alves de Oliveira, pela abnegação em primeiro receber um professor em (eterna) formação.

À Nossa Senhora Aparecida, por me cobrir com Seu manto nos momentos de adversidade, à Deus, por lançar Sua luz na escuridão, e à todas forças que, alinhadas à ciência e ao tempo - supremo senhor das coisas - me trouxeram até aqui.

"We shall fight on the beaches, we shall fight on the landing grounds, we shall fight in the fields and in the streets, we shall fight in the hills; we shall never surrender!"

"Lutaremos nas praias, lutaremos nos locais de pouso, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas colinas; nunca nos renderemos!"

Winston Churchill

ALCOLEA CRUZ, Fernando. **Formação de Professores de Geografia no Ensino a Distância no Brasil: Investigação sobre a oferta, demanda e desafios**. 2019. 57 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia - Licenciatura) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar, investigar e localizar a oferta, a demanda e as condições que configuram a formação de professores de Geografia no Brasil, com especial atenção àqueles graduados na modalidade Ensino a Distância (EAD). Se pretende, também, averiguar se as localidades carentes desse profissional concentram, por sua vez, maior número de postulantes à essa graduação e qual o impacto das novas políticas educacionais, em face da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na absorção desse potencial contingente de trabalhadores. Finalmente serão discutidas as condições de formação desse profissional, uma vez que o ambiente virtual de estudos, tal como proposto, pode não contemplar, grande medida, a vivência necessária e saudável do cotidiano em sala de aula, peça fundamental para a formação do docente, seja nos processos de ensino-aprendizagem, seja na construção de um “eu educador” consciente da sua própria atuação e seu impacto, não somente em sala de aula, mas no mundo do alunos e suas famílias, na escola e na comunidade.

Palavras-chave: Ambiente Escolar. EAD. Formação de Professores. Geografia. Vivência Escolar.

ALCOLEA CRUZ, Fernando. **Geography Teachers Graduation Through Distance Learning: Investigation about offer, demand and its challenges**. 2019. 57 pages. Final Graduation Monography (Geography - Licentiate) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

ABSTRACT

This paper aims to identify, investigate and locate the offer, demand and conditions that shape the education of Geography teachers in Brazil, with special attention to those graduating through Distance Education (DE). It also intends to investigate whether the places in need of these professionals concentrate, in turn, a greater number of applicants to this graduation and what is the impact of the new educational policies, considering the National Common Curricular Base (BNCC), in the absorption of this potential contingent of workers. Finally, the educational conditions of this professional will be considered, since the virtual environment of studies, as proposed, may not include, to a large extent, the necessary and healthy experience of the daily life in the classroom, a fundamental part in a teacher's education, either in the teaching-learning process, or in the construction of an "educator self" who is aware of their own performance and the impact of it, not only in the classroom, but in the students and their families world, at school and in the community. .

Key words: DE. Geography. Scholar Environment. Scholar Vivency. Teachers Formation.

ALCOLEA CRUZ, Fernando. **Formación en Profesorado de Geografía via Enseñanza a Distancia en Brasil: Investigación sobre oferta, demanda y desafíos**. 2019. 57 paginas. Trabajo Final de Curso (Geografía - Profesorado) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, ano.

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo identificar, investigar y localizar la oferta, la demanda y las condiciones de la formación de profesores de Geografía en Brasil, con especial atención a los graduados en Educación a la Distancia (EAD). También se pretende investigar si las localidades necesitadas de este profesional concentran, a su vez, un mayor número de solicitantes para este grado y cuál es el impacto de las nuevas políticas educativas, en vista de la Base Nacional Curricular Común (BNCC), en la absorción de este contingente potencial de trabajadores. Finalmente, se discutirán las condiciones de formación de este profesional, ya que el ambiente virtual de estudios, tal como se propone, puede no contemplar, en gran medida, la experiencia necesaria y saludable de la vida diaria en sala, una parte fundamental para la formación del profesor, sea en el proceso de enseñanza-aprendizaje o en la construcción de una "persona-educador" consciente de su propio desempeño y el impacto de eso, no solo en el aula, sino también en el mundo de los estudiantes y sus familias, en la escuela y en la comunidad.

Palabras clave: Ambiente escolar. EAD. Formación de profesores. Geografía. Experiencia escolar.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Estudantes e Cursos de Licenciatura em Geografia	35
Mapa 2 – Média de Estudantes	37
Mapa 3 – Professores no Ensino Fundamental	42
Mapa 4 – Indicadores de Esforço no Ensino Fundamental	42
Mapa 5 – Professores no Ensino Médio	44
Mapa 6 – Indicadores de Esforço no Ensino Médio	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Vagas Oferecidas	15
Gráfico 2 – Relação Alunos x Professores por Programa	18
Gráfico 3 – Relação Alunos x Professores por Tipo de Instituição	19
Gráfico 4 – Matrículas em Cursos de Graduação	29
Gráfico 5 – Vagas e Candidatos	29
Gráfico 6 – Estudantes de Geografia	29
Gráfico 7 – Taxas de Ocupação	30
Gráfico 8 – Enade	38
Gráfico 9 – Evasão	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados Gerais da Graduação	14
Quadro 2 – Geografia no Brasil	32

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE – Conselho Nacional de Educação

Dec. – Decreto

EAD – Ensino a Distância

EF – Ensino Fundamental

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EM – Ensino Médio

EMTP – Ensino Médio Técnico Profissionalizante

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ES – Ensino Superior

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IED - Indicador de Esforço Docente

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio de Almeida

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PNE - Plano Nacional de Educação

Res. – Resolução

SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC - Serviço Social do Comércio

TC – Taxa de Conversão

TCU – Tribunal de Contas da União

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 EAD: ORDENAMENTO, HISTÓRIA E ACESSO	23
2.1 ORDENAMENTO	23
2.2 HISTÓRIA	25
2.3 ACESSO	29
3 ENSINO SUPERIOR E ENSINO BÁSICO: OS DESAFIOS DO EAD	35
3.1 ENSINO SUPERIOR	35
3.2 ENSINO FUNDAMENTAL	42
3.3 ENSINO MÉDIO	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
5 REFERÊNCIAS	52

1. INTRODUÇÃO

A formação de professores para atuação na educação básica envolve, para além da preparação teórico-prática do profissional, sua capacidade de associar essas condições ao cotidiano da convivência humana, em especial na escola. Sendo assim, o estudante de licenciatura deve ter a habilidade de contemplar as questões da ciência dura e a competência de promover a transposição didática entre a academia e o sensível equilíbrio do cotidiano escolar, demonstrando – desde o microcosmos da sala de aula, com todos seus atores, ele incluído, perpassando a instituição e suas relações com a sociedade e o mundo – desembaraço em reconhecer, nas diferentes escalas, seu próprio papel, o do corpo estudantil, o da comunidade na qual se circunscreve e nas demais categorias materiais e sociais que, como nenhuma outra, a Geografia descreve.

No que diz respeito à oferta de oportunidades de formação desse profissional, os números oficiais dão conta de uma grande janela de possibilidades, uma vez que, no Brasil, segundo dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) (Quadro 1), são quase três milhões de vagas em cursos de formação de professores, sendo mais da metade delas dedicadas aos cursos de formação de professores.

Quadro1 – Dados Gerais da Graduação

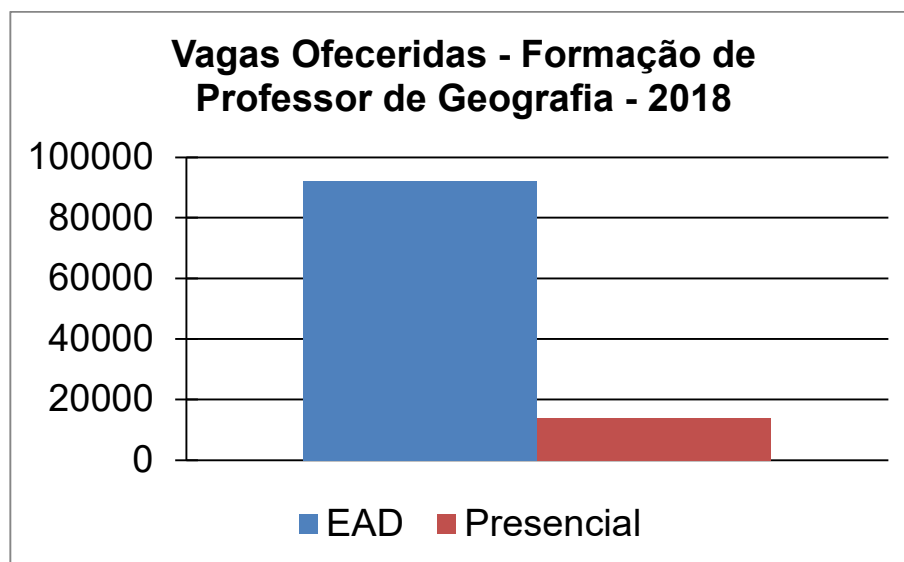
Dados Gerais dos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância – 2018	
Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Tipo de Cursos	Vagas Oferecidas
Total	13.529.101
Educação	2.810.608
Formação de professores em áreas específicas (exceto Letras)	1.416.987
Geografia formação de professor	106.109

Fonte: MEC/INEP (2018). Elaboração: ALCOLEA CRUZ, Fernando. (2019)

Como visto acima (Quadro 1), dos novos postos criados em 2018, mais de 100 mil são para a formação de professores em Geografia. Deste total, cerca de 14 mil vagas são oferecidas na modalidade presencial, enquanto um volume seis vezes e meia maior cabe à modalidade a distância (Gráfico 1), estando todas distribuídas em 194 Instituições de Ensino Superior (IESs), sendo que 52 delas

oferecem o curso via Ensino a Distância (EAD).

Gráfico 1 – Vagas oferecidas



Fonte: MEC/INEP (2018). Elaboração: ALCOLEA CRUZ, Fernando (2019)

Ocorre que, a despeito desse grande espaço para expansão na ocupação das posições abertas, é prioridade compreender como se dará a formação dessa massa profissional uma vez que, segundo GIOLO (2008, p. 1228), para a formação de professores, “*o ambiente escolar se caracteriza fundamentalmente por possibilitar relações intersubjetivas; essas são relações essenciais e mediadoras das demais*” (grifo nosso) e, fazendo coro com FREIRE (1996), que define, dentre outros elementos indispensáveis, ser imprescindível ao professor promover a reflexão crítica sobre a realidade, e que para o exercício do magistério se exigem,

“Rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, (...), corporeificação das palavras pelo exemplo, assumir riscos, aceitar o novo, rejeitar qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e assunção da identidade cultural, (...), bom senso, humildade, tolerância (...) apreensão da realidade, convicção de que mudar é possível, curiosidade, competência profissional, (...), disponibilidade para o diálogo (Grifo nosso) (FREIRE, 1996).

Baseado nessas premissas, se pode dizer que a vivência em sala de aula representa, para aquele que escolheu o professorado como ofício, um dos elementos constitutivos fundamentais para a operacionalização do trabalho. Para muito além do contato com o conteúdo científico propriamente dito, a convivência e o

constante contato com colegas, professores e o ambiente universitário, institucional e eminentemente plural, trazem consigo o aparato social sobre o qual o educador em formação vai, paulatinamente, construindo sua identidade docente. Acerca disso, esclarecem GATTI et al (2019, p. 56) que,

“Essas são experiências importantes para o trato direto, pessoal, posterior, com crianças e adolescentes, e para o percurso profissional dos professores. Com crianças, na escola, a relação pedagógica é pessoal e presente, com dinâmicas que podem se mostrar bastante complexas (PRETTO; LAPA, 2010; GATTI, 2015).” (Grifo nosso)

Complementarmente SCHÖN (1995, p. 89) esclarece que:

“Num practicum reflexivo, os alunos praticam na presença de um tutor que os envolve num diálogo de palavras e desempenhos. (...), as mensagens que os alunos remetem para o seu monitor, não são apenas palavras (...) O desempenho do aluno transmite informação muito mais fiável do que as suas próprias palavras. (Grifo nosso)

Ou seja, o contato humano é peça fundamental, junto com os demais conteúdos acadêmicos e instrumentais, para o bom desempenho acadêmico e a conformação da práxis do professor neófito que, para o educador Paulo Freire, é representada, pelo sujeito que age e reflete, e vice versa, num binômio em que teoria e prática se fazem juntas no processo de transformação/educação.

Ainda nesta linha de raciocínio, OLIVEIRA (1997, p. 242 apud AMARAL FILHO, p. 13) acredita que:

[...] O desafio está em ver a educação como unidade de opostos, ou seja, como síntese entre instrução e formação. Sem dúvida, a formação é, também, uma forma de aprendizagem, só que não se trata aqui de adquirir informações sobre o real, mas, antes, de dar um rumo, um sentido básico a todas estas informações na medida em que se estabelece um relacionamento adequado com o todo da realidade de tal modo que a pessoa possa situar qualquer realidade num todo coerente de sentido.

Ante o exposto, há outro problema que se encontra do lado de fora tanto das salas de aula nas universidades, quanto das estações de estudos dos alunos advindos da EAD, que é a demanda por professores de Geografia num ambiente institucional e profissional revirado pela implantação do conteúdo da Resolução (Res.) Nº 03/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) (BRASIL, 2018), o qual dá

redação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para o Ensino Médio - aqui também contemplado o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) -, a qual versa, em seu Art. 17, sobre a oferta de conteúdo EAD:

§ 5º Na modalidade de educação de jovens e adultos é possível oferecer até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico - digital ou não - e pedagógico apropriado.

(...)

§ 15. As atividades realizadas a distância podem contemplar até 20% (vinte por cento) da carga horária total, podendo incidir tanto na formação geral básica quanto, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico - digital ou não - e pedagógico apropriado, necessariamente com acompanhamento/coordenação de docente da unidade escolar onde o estudante está matriculado, podendo a critério dos sistemas de ensino expandir para até 30% (trinta por cento) no ensino médio noturno. (BRASIL, 2018)

Ou seja, a flexibilização das regras de aplicação de conteúdos das disciplinas acende a discussão de como essas novas legislações impactam, ou podem impactar, a formação dos professores – e consequentemente dos alunos – até a absorção desse contingente de profissionais pelo mercado no futuro, uma vez que, ainda segundo o mesmo artigo da norma:

§ 13. As atividades realizadas pelos estudantes, consideradas parte da carga horária do ensino médio, podem ser aulas, cursos, estágios, oficinas, trabalho supervisionado, atividades de extensão, pesquisa de campo, iniciação científica, aprendizagem profissional, participação em trabalhos voluntários e demais atividades com intencionalidade pedagógica orientadas pelos docentes, assim como podem ser realizadas na forma presencial - mediada ou não por tecnologia - ou a distância, inclusive mediante regime de parceria com instituições previamente credenciadas pelo sistema de ensino. (Grifo nosso) (BRASIL, 2018)

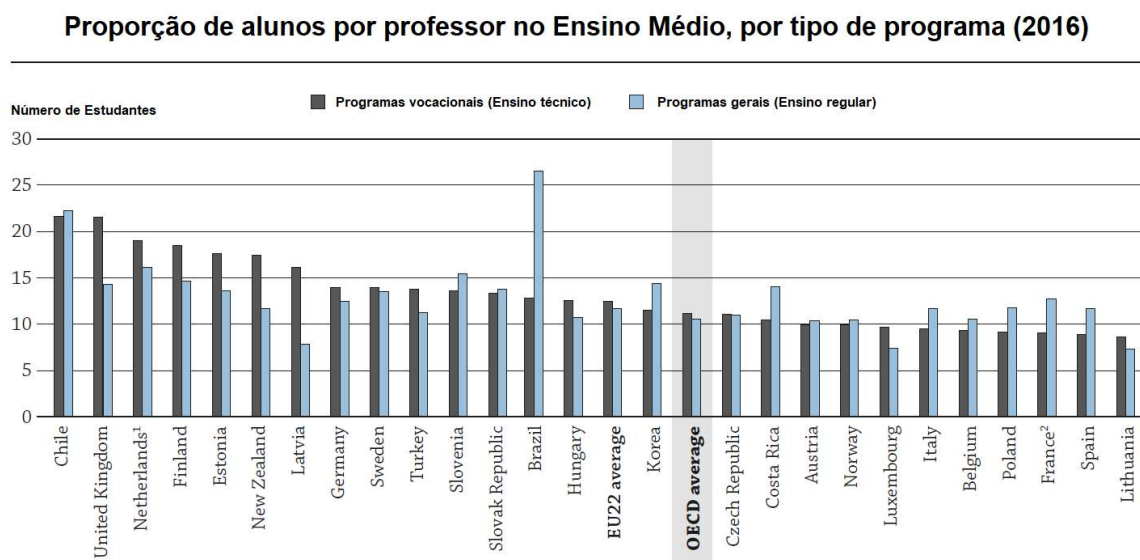
Por mais que, segundo dados levantados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (TCU, 2015), haja déficit de cerca de 32 mil professores só no ensino médio no país, sendo que, destas, quase duas mil vagas seriam ocupadas por licenciados em Geografia, o tom da discussão da BNCC foi conduzido em descompasso com a realidade, uma vez que se torna um paradoxo a possibilidade de flexibilizar as cargas horárias presenciais e aumentar a oferta de vagas para cursos de formação no ensino superior, com especial atenção aos cursos de licenciatura.

De fato, ato contínuo a superação da crise econômica que avassala o Brasil desde 2015, é imprescindível que se crie um contingente laboral preparado para

atender as (possivelmente) vindouras necessidades do mercado, considerando uma eventual recuperação do cenário econômico - e, por consequência, o de trabalho.

Possibilidade que se desvela, ao menos em tese, é, tal como fartamente reproduzido na imprensa, ampliar a oferta de vagas no ensino médio técnico, o que por si é válido e interessante do ponto de vista da ocupação do docente.

Gráfico 2 – Relação Alunos x Professores por Programa



Elaborado por: Education at a Glance (2019, p. 353). Adaptado por: ALCOLEA CRUZ, Fernando. (2019)

Como se pode verificar no gráfico acima (Gráfico 2), segundo dados da OCDE (2018, p. 353), a média de alunos por professor no Ensino Médio Técnico Profissionalizante (EMTP) é metade daquela encontrada no ensino regular convencional, sendo 13 e 26 discentes por docente, respectivamente. Inclusive, o Brasil é o país que apresenta a maior discrepância no número de profissionais dedicados, entre as duas carreiras

Desta forma ficaria evidente a justificativa pela preferência ao EMTP, uma vez que a absorção do profissional - sejam os docentes, pelas escolas técnicas, seja o contingente formado por elas, pelo mercado - seja virtualmente mais fácil, a despeito de um eventual assoreamento na construção do pensamento crítico na sala de aula, dada a sobreposição de disciplinas, conforme autoriza a BNCC.

Ocorre que o binômio oferta e demanda, contaminado pela precarização do trabalho docente e marcado pelas políticas de contingenciamento -

a redução de concursos públicos para a contratação de professores, por exemplo - propostas pela gestão pública, podem culminar numa espécie de maquiagem acerca dos verdadeiros números da demanda por professores e consequente absorção em condições de trabalho dignas, que se frise, no Brasil.

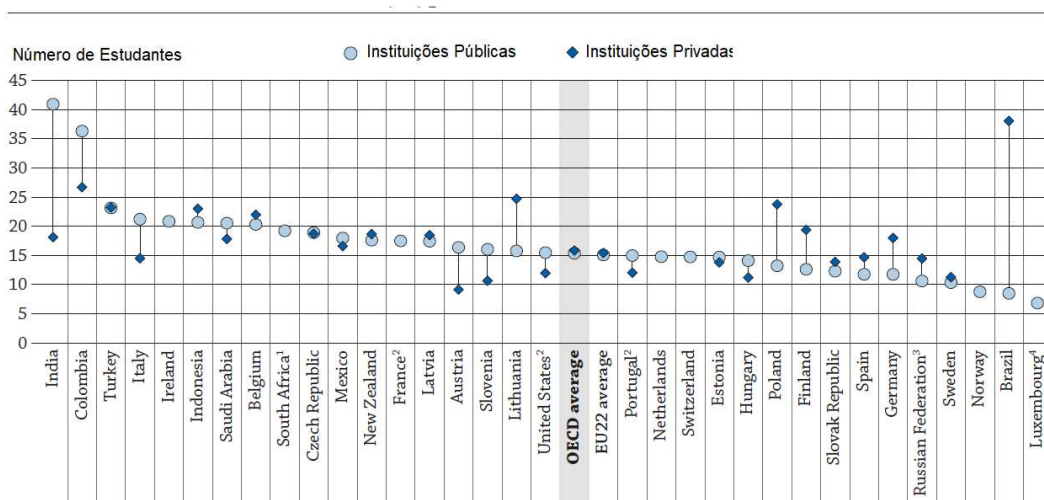
Sendo assim, por mais que ainda seja precoce inferir o impacto desta reforma no futuro do professor em formação, a matemática é implacável. Ainda de acordo com o levantamento de dados do TCU (2015, p. 24), haveria espaço para praticamente só 1 em cada 4 potenciais licenciados (levando em conta o resultado da divisão entre os dados colhidos pelo Tribunal e o volume de concluintes em 2018 informados pelo MEC, cerca de 8,5 mil em 2018), conduzindo à indispensável reflexão sobre como o mercado irá reagir com relação à absorção de docentes de Geografia, e das outras disciplinas, sendo que um único professor EAD pode, virtualmente, lecionar para um “sem número” de alunos ao mesmo tempo.

A afirmação se justifica quando se atenta à ausência de limites, como bem observa LEMGRUBER(S/D) ao mencionar o Decreto (Dec.) 5.622/2005 (BRASIL, 2005), o qual não delimita um máximo de alunos nem por professor, nem por tutor. E ainda que a norma tenha sido revogada pelo Dec. 9.057/2017 (BRASIL, 2017), o novo ordenamento tampouco põe luz sobre essa questão.

Observemos, mais uma vez, o levantamento da OCDE (2018, p. 354),

Gráfico 3 – Relação Alunos x Professores por Tipo de Instituição

Figure D2.3. Proporção de alunos por pessoal docente no ensino superior, por tipo de instituição (2016)



Elaborado por: Education at a Glance (2019, p. 354). Adaptado por: ALCOLEA CRUZ, Fernando. (2019)

Consideradas as informações contidas no gráfico (Gráfico 3) fica nítido que professores de IESs privadas brasileiras tem cerca do triplo de alunos em comparação com suas pares públicas, em média, por curso. Sendo assim qual o limite para o número de alunos, por professor, no EAD?

Ainda que essas inquietações não possam ser apaziguadas neste momento, flagrante é o descompasso entre o discurso de democratização ao acesso à educação e sua aplicação, desde o ponto de vista pedagógico até a prática no cotidiano dos alunos mas em quaisquer dos patamares, seja no ensino Fundamental, Médio ou Superior, uma vez que, como bem aponta KENSKI (2010, p. 9)

A determinação política e a elaboração “em gabinete” destes projetos afastam a sua operacionalização da realidade prática e das necessidades concretas dos espaços educacionais para os quais se dirigem. Orientados por teorias e práticas afastadas das realidades concretas das escolas e outros ambientes educacionais, a maioria destes projetos foram impostos, com o mínimo grau de liberdade para alterações pelos seus executores. Esta defasagem entre quem pensa e quem faz, resultou no oferecimento de projetos com currículos inadequados e com o oferecimento de recursos didáticos padronizados de acompanhamento (livros, textos, apostilas, programas de áudio e vídeo, etc...) descompassados dos programas oferecidos pelas mídias (rádio e tv) e sem articulações com as características regionais dos alunos ou suas necessidades concretas de ensino.

Entretanto, é condição *sine qua non*, nas palavras de ADRIÃO e PERON (2018, p. 52),

(...) mesmo que os interesses do mercado estejam alimentados por uma conjuntura de corte nos gastos públicos e de liberalização econômica sem precedentes, o compromisso com uma escola democrática e com a viabilização da educação como direito humano para todos e todas mantêm-se como referência para milhares de educadores e jovens que têm, quando necessário, RE-ocupado a escola que lhes pertencem.

Atentos à essa nova realidade, MINATTI e THOMÉ (2012, p.4) asseveram que “*se a função de educar é nobre, então a responsabilidade dos cursos que formam esses profissionais é ainda maior*” e complementa BELLONI (2002, p. 120-121)

Evidentemente, o modelo neoliberal selvagem, aplicado aos países periféricos segundo receitas das agências internacionais, só vem favorecer a expansão de iniciativas mercadológicas de larga escala, colocando nos mercados periféricos, a exemplo do que ocorre há muito no campo da

comunicação, produtos educacionais de baixa qualidade a preços nem tão baixos. É aí que se abre o mercado da educação a distância, no qual o uso intensivo das TIC se combina com as técnicas de gestão e marketing, gerando formas inéditas de ensino que podem até resultar, às vezes e com sorte, em efetiva aprendizagem.

Fato que é impossível não reconhecer, em face os números apresentados, que o EAD representa mais uma porta de acesso para a educação e para os educadores como um todo, entretanto igualmente difícil é ignorar questões de caráter metodológico, prático, pedagógico, profissional e até econômico que se avizinham.

Com todos esses elementos levados em consideração, este trabalho pretende identificar qual o perfil do estudante de licenciatura, com destaque àquele da modalidade EAD, mais especificamente o graduando em Geografia, ainda sobre o qual se espera, complementarmente, revelar quais são os elementos quantitativos e qualitativos característicos (janelas de oportunidade de ingresso no Ensino Superior, sua formação ao longo da trajetória acadêmica, desde ponto de vista relacional, e os impactos desta, além do quadro geral de uma futura absorção no mercado de trabalho) desse potencial docente e do ambiente em que se insere, ou virá a se inserir.

Uma vez que os levantamentos e estudos sobre o impacto desses temas no Brasil se encontram em estágio inicial – pelo menos no que diz respeito à convergência das diversas categorias passadas em revista – dado inclusive pelo espaço de tempo necessário para a conformação do contingente ora contemplado nas instâncias formativa e funcional, verificaram-se os dados oficiais disponibilizados pelo Estado, bem como análises setoriais de entidades supranacionais e locais, cujas informações viriam a revelar um panorama no qual as condições gerais são bastante delicadas, desde o ponto de vista formativo e laboral.

Na tentativa de elucidar essas características, quantitativas e qualitativas, se fez o uso da Cartografia Temática Digital e da estatística para combinar as diversas informações colhidas, o que permitiu localizar onde se encontram, em que volume e, em tese, quais seriam os possíveis destinos funcionais dessa massa trabalhadora, da mesma forma que se identificaram, no território, os pontos de concentração de ofertas de vagas de acesso à graduação e de demanda, resultando num tipo de material que, por si, não encerra a discussão, mas sim garante pontos de partida visíveis para o desenvolvimento da pesquisa. Em suma, esta empreitada

pretende responder como são formados, como poderão a vir ser absorvidos pelo mercado e como trabalharão os estudantes de licenciatura em EAD, dadas as peculiaridades dessa categoria, e qual futuro os espera.

2. EAD: ORDENAMENTO, HISTÓRIA E ACESSO

É necessário reconhecer a envergadura estrutural e a capilaridade do EAD no Brasil, desde o ponto de vista histórico, perpassando o estofo legal e, claro, os interesses estatais - na busca por alcançar os parâmetros que o próprio governo definiu -, sociais - dada percepção popular de que o ensino superior é um dos elementos garantidores de ascensão social (FGV, 2019) -, institucionais - com a criação de estruturas físicas, computacionais e de comunicação robustas o suficiente para suportar a demanda - e financeiros - considerando a importante fatia de mercado representada pelos interessados nessa modalidade.

2.1 ORDENAMENTO

Destarte, a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) (BRASIL, 1988), em seu Artigo (Art.) 23, define que *“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação”*, isto vislumbrando um equilíbrio entre os saberes, as práticas e a vivência daqueles envolvidos nos processos educacionais. Assim sendo, cabe neste momento tentar expor em linhas gerais a função de cada uma dessas ações, a título de esclarecer seu papel no cotidiano da formação do cidadão e, conseqüentemente, do professor.

A cultura, para CAMPOMORI (2008, p. 78-79, apud PORTO, 2011, p. 93), *“é a própria identidade nascida na história (...). É o terreno privilegiado da criação, da transgressão, do diálogo, da crítica, do conflito, da diferença e do entendimento”*, ou seja, é a representação da humanidade no seu dia a dia. Diferente da erudição, a cultura é uma complexidade mezinha, presente naturalmente no cotidiano das sociedades e dos indivíduos.

Já a educação, enquanto método e processo de transmissão de conhecimento e valores, segundo BRANDÃO (2007, p. 10), *“pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário [...] uma fração do modo de vida”*. Desta forma, e para além da construção do conhecimento, prossegue (IBIDEM, p. 12) *“a educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e ali, sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz, para fora, que a sua missão é transformar”*.

Por sua vez, a ciência, para DELEUZE e GUATTARI (1992, p. 156, apud SOARES, 2013, p. 737), *“tem por objeto apresentar funções ou preposições (e para isso cria um plano de referência e observadores parciais), que lhe permita refletir e comunicar. (...) a ciência recorta e limita o caos”*. Ou seja, a ciência organiza metodologicamente o conhecimento para que este seja validado e, conseqüentemente, reproduzido para, pelo menos em tese, o bem da humanidade em sua totalidade.

Enquanto a tecnologia, considerando que esta representa o agrupamento de práticas criadas conforme demanda e necessidade da sociedade, para VOLTI (2009, p. 6, apud CARROL, 2017, p. 6) *“é um sistema criado por seres humanos que utiliza conhecimento e organização para produzir objetos e técnicas para a execução de objetivos específicos”* (tradução livre).

Por fim, a inovação para o INSTITUTO UNIEMP (2010, apud MORGADO, 2011, p. 226) se trata de *“uma introdução no mercado de um produto ou de um processo produtivo tecnologicamente novo ou substancialmente aprimorado”*.

Assim sendo, se pode perceber que todos os elementos constituintes das políticas educacionais brasileiras dependem de ações combinadas, complementares e contínuas, sendo que dessa combinação se espera alcançar os objetivos expostos no Art. 205 da norma Federal (BRASIL, 1988), o qual assevera que a educação é um direito que deve ser garantido pelo Estado e pelas famílias, sendo promovida e incentivada *“com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”*

Nesse sentido, para organizar as práticas, definir limites, parâmetros, responsabilidades e princípios entendidos pelo Estado como mínimos necessários para garantir que as exigências constitucionais sejam cumpridas, foi promulgada a Lei Nº 9.394/1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), a qual versa:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

[...]

VII - valorização do profissional da educação escolar;

[...]
 IX - garantia de padrão de qualidade;
 X - valorização da experiência extraescolar (Grifo
 nosso) (BRASIL, 1996)

Aqui nos debruçamos sobre o quesito experiência extraescolar definido por CORREIA (2010) como sendo “*toda experiência social educativa vivida fora da instituição escolar. É um tempo-vivência não regulado pela escola, mas que condiciona de forma diferenciada a qualidade da experiência escolar*”.

Ou seja, é nítido que a vivência extramuros a academia é uma das condições para a boa formação do docente - e não só a dele, mas de todo estudante - uma vez que esses episódios interferem na sua percepção da realidade e na aplicabilidade da sua disciplina, sendo que o cotidiano é permeado por todos os conhecimentos, não só àquele ao qual se dedica. Sob esse prisma, seria possível imaginar que o EAD é o extremo exemplo da experiência extraclasse, uma vez que, mesmo virtualmente, as limitações impostas pelas paredes das salas de aula poderiam ser transpostas sem prejuízo à qualidade da formação daquele aluno. – ou, como neste caso, do professor em formação.

2.2 HISTÓRIA

Nessa seara, cabe fazer uma breve recapitulação da trajetória temporal da modalidade no Brasil baseada no levantamento realizado por ALVES (2010, p. 87-90) o qual dá conta que, no primeiro quarto do século XX, especificamente em 1904, o Jornal do Brasil publica anúncio de curso de datilografia por correspondência, vinte anos mais tarde a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro oferecia cursos de idiomas, literatura, e outros profissionalizantes, como radiotelefonia e telefonia.

Ao longo dos 25 anos seguintes surgem, em 1939, o Instituto Monitor, em São Paulo, em 1941, o Instituto Universal Brasileiro, talvez a mais famosa plataforma EAD brasileira entre os anos 1940 e 1990, o qual formou cerca de 4 milhões de profissionais e conta com aproximadamente 200 mil alunos atualmente, e, em 1947, idealizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas, debuta a Universidade do Ar.

No último ano da década de 1950, baseada na experiência de educação radiofônica promovida por iniciativa da Diocese de Natal é criado o Movimento de Educação de Base (MEB). Anos mais tarde, entre 1970 e 1975 surgem o Projeto Minerva, fruto da parceria entre Governo Federal, Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, e se inicia a oferta remota de cursos do antigo primeiro grau pela parceria celebrada entre a TV Ceará e o Instituto Padre Reus.

Entre os anos de 1976 e 2000, primeiro foi criado o Sistema Nacional de Teleducção, em 1979 a Universidade de Brasília oferece formação a distância via meios de comunicação impressos, em 1991 é criado o programa “Jornal da Educação – Edição do Professor”, o qual, quatro anos mais tarde é rebatizado como “Um salto para o Futuro”, posteriormente incorporado à TV Escola. No ano seguinte é criada a Universidade Aberta de Brasília, acontecimento bastante importante na Educação a Distância do nosso país. Finalmente, em 1996 o EAD é finalmente regulamentado no Brasil.

Na primeira década do século XXI foi criada, em 2005, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) fruto da parceria entre os entes federativos em todas escalas (municípios, estados e União) e que oferece cursos e programas de educação superior a distância, momento em que também se percebe o salto quantitativo na oferta de cursos por parte da iniciativa privada.

Dada a importância, a capilaridade e a demanda por cursos dessa categoria, a própria LDB (BRASIL, 1996) regula a oferta de EAD, especialmente em seu Art. 80, no qual descreve que *o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada*. E prossegue:

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (BRASIL, 1996)

Cabe destacar que o oferecimento de cursos EAD, de fato, vem ao encontro das políticas de incentivo ao acesso da população à qualificação acadêmica.

Para tanto, quando da sanção da Lei 13.005/2014 (BRASIL, 2014), a qual dá conta do Plano Nacional de Educação (PNE), o conjunto de medidas, metas e estratégias estabelecido pretende “*fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, [...] técnica de nível médio na modalidade de educação a distância*”, cujos objetivos seriam:

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. (BRASIL, 2014)

Finalmente, foi redigido o Decreto (Dec.) 9.057/2017 (BRASIL, 2017) que define e delimita o EAD como sendo “*a modalidade [...] na qual a mediação didático-pedagógica [...] ocorra com a utilização de meios e tecnologias [...] por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos*”.

E prossegue:

[...]

Art. 2º A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados. (Grifo nosso)

[...]

Art. 19. A oferta de cursos superiores na modalidade a distância admitirá regime de parceria entre a instituição de ensino credenciada para educação a distância e outras pessoas jurídicas, preferencialmente em instalações da instituição de ensino, exclusivamente para fins de funcionamento de polo de educação a distância, na forma a ser estabelecida em regulamento e respeitado o limite da capacidade de atendimento de estudantes. (Grifo nosso) (BRASIL, 2017)

Isto posto, é notável, tanto do ponto de vista histórico, quanto legal, que a atividade EAD no Brasil atravessa os séculos, e os interesses estatais – eminentemente sociais – e privados seguem bastante alinhados, uma vez que a dependência do setor educacional particular está entrelaçado, não somente à questões de demanda popular ou mercadológica, mas também ao regramento ao qual se submete.

Ocorre que, em análise mais acurada, é difícil perceber com clareza quais os parâmetros de limitadores de acesso - oferta indiscriminada de vagas, por exemplo - avaliação e validação ativa da modalidade EAD na prática, seja de ponto de vista do aluno, na academia, seja do professor formado ali, no cotidiano do ofício, uma vez que, por mais que esteja sob a mesma legislação dos cursos presenciais, os ambientes, as realidades, as interações são visivelmente diferentes.

Tais limitações são reconhecidas, inclusive, entre os entusiastas do método, como avalia VERGARA (2007, p. 4-5)

Se grandes são as possibilidades, há limitações também. Podem ocorrer algumas limitações tecnológicas, como a baixa capacidade do computador, a lentidão no acesso e a falta de flexibilidade do programa. Há, ainda, a considerar, as habilidades das pessoas para lidarem com a informática, com o computador em si, com a metodologia da EAD. Outra limitação diz respeito à questão cultural. No Brasil, por exemplo, valorizam-se os contatos face a face; é uma cultura fortemente relacional. O trabalho fisicamente solitário pode ser, então, uma limitação. (Grifo nosso)

Mais grave quando se analisa a prática desde os recursos e percursos pedagógicos e vivenciais, tal como evidencia GIOLO (2008, p.1228) ao afirmar que *“O bom professor é aquele que vive profundamente uma experiência cultural e se apropria, sistematicamente, dela e dos meios necessários para proporcionar a outrem a mesma experiência e a mesma apropriação”*

E prossegue GIOLO (2008, p.1228)

. Nesse conjunto de atividades, o ambiente (o lugar onde as coisas acontecem) e a natureza das relações que ali se constroem não são elementos neutros; são dimensões integrantes e constitutivas do processo. (Grifo nosso)

[...]

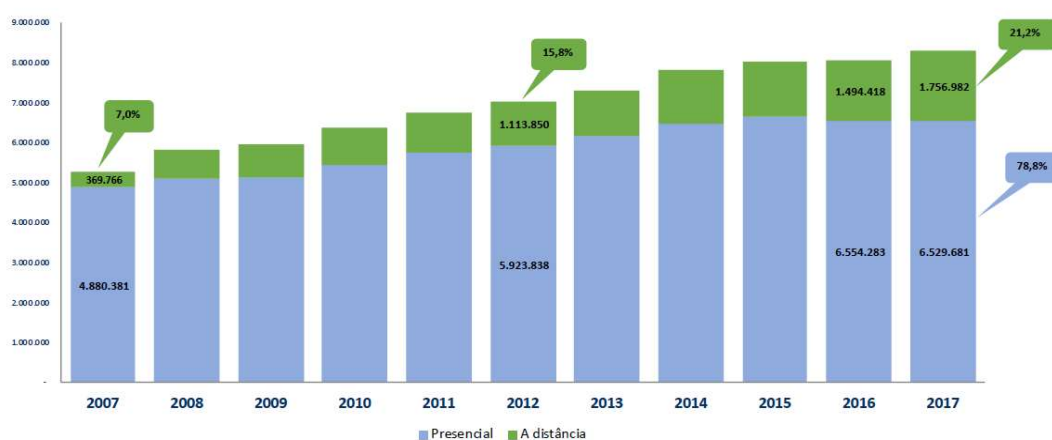
O que os defensores da educação virtual esquecem ou escondem é o fato de que as pessoas não se satisfazem, não se realizam e, principalmente, não se formam, apenas, com base em relações instrumentalmente mediadas; essas são importantes, mas de modo algum são suficientes. As pessoas precisam de relações diretas, vis-à-vis, pois a presença do outro é o balizador principal do agir humano. A autonomia, por exemplo, tida como a atitude ou o modo de ser específico da sociedade emancipada, moderna e democrática, é, na verdade, a expressão de uma relação entre pessoas, uma relação de igualdade e de respeito que mobiliza a dimensão individual e livre de cada um. (Grifo nosso)

2.3 ACESSO

Impossível não destacar que, em última instância, o EAD de fato acessibilizou o ingresso ao ensino superior, como se pode observar no gráfico abaixo (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Matrículas em Cursos de Graduação

Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino – 2007-2017

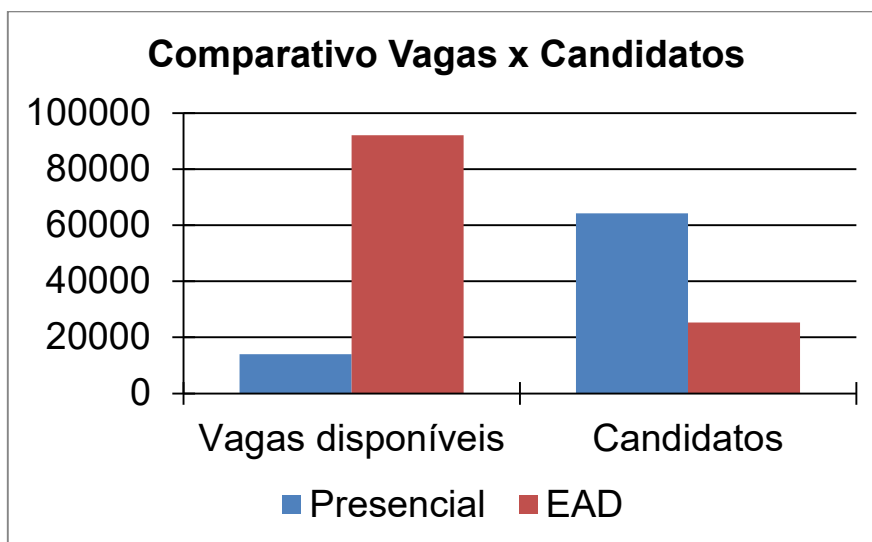


Fonte: Apresentação do Censo da Educação Superior. BRASIL (2018)

De acordo com os dados, (Gráfico 4), enquanto os cursos presenciais, de acordo com o MEC (INPE, 2019), aumentaram o volume de novas vagas ocupadas em cerca de 30%, até 2017, no EAD o salto foi de 460%, ou seja, uma diferença quase 15 vezes maior

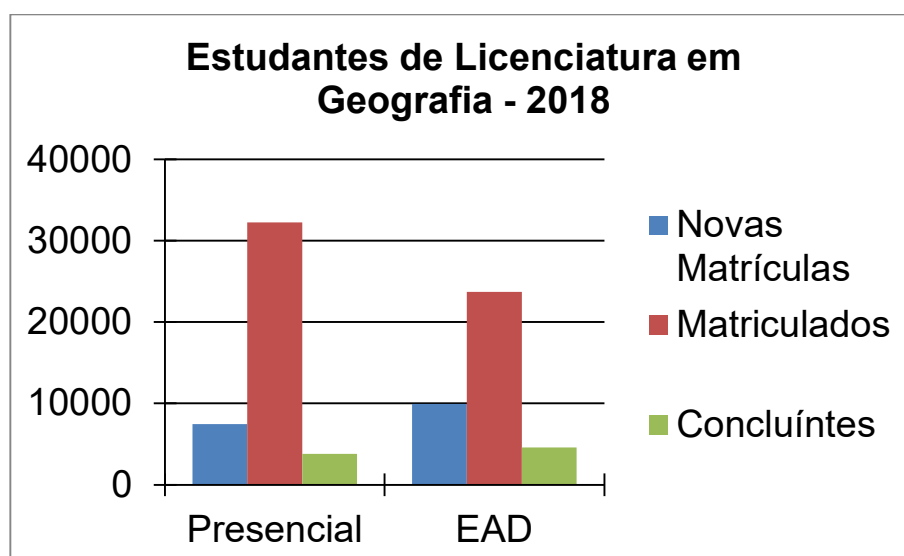
Importante dizer que os dados atualizados em 2018, os mais recentes disponíveis para uso neste trabalho, dão conta de que a modalidade remota segue crescendo com aumento de quase 300 mil alunos no período, enquanto os cursos presenciais sofreram redução de aproximadamente 140 mil matriculados, fato que pode evidenciar uma migração dos estudantes de cursos presenciais para aqueles a distância

Por outro lado é interessante notar que o número de vagas oferecidas pelo EAD é mais de seis vezes maior que nos cursos presenciais, no entanto a relação candidato/vaga é de praticamente cinco para um nos cursos tradicionais, enquanto na modalidade remota é de quase quatro vagas por estudante, como se pode verificar no gráfico (Gráfico 5) adiante:

Gráfico 5 – Vagas e Candidatos

Fonte: MEC/INEP (2019). Elaboração: ALCOLEA CRUZ, Fernando. (2019)

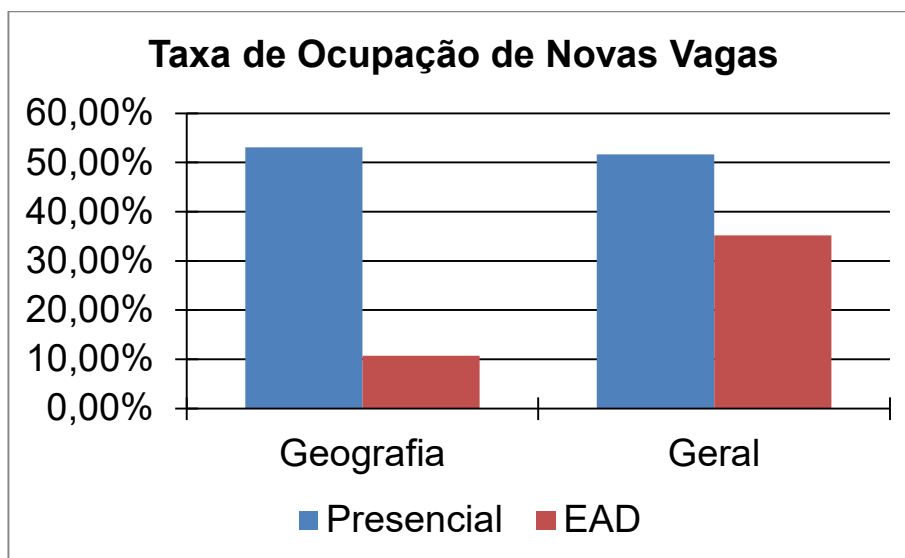
Em linhas gerais também é importante notar que, a despeito de os estudantes de cursos presenciais ainda serem 36% mais numerosos que os de EAD, a quantidade total de ingressantes e concluintes dos cursos a distância já superam os anteriores em 33% e 21%, respectivamente, como demonstrado no gráfico na sequência (Gráfico 6). Inegável que os valores apresentados até o momento colaboram na explicação do porquê é tão visível crescimento da categoria no país, o que justifica este trabalho, uma vez que tal quadro pode ser a primeira parte visível de um “derrame” de professores de geografia no mercado educacional brasileiro.

Gráfico 6 – Estudantes de Geografia

Fonte: MEC/INEP (2019). Elaboração: ALCOLEA CRUZ, Fernando. (2019)

Complementarmente, outro dado que chama atenção são as taxas de ocupação de novas vagas em ambas modalidades, sendo que pouco mais de 10% do total daquelas oferecidas a distância foram preenchidas, versus 53% das presenciais, (Gráfico 7) o que mostra a capacidade de expansão notável dos cursos EAD.

Gráfico 7 – Taxas de Ocupação



Fonte: MEC/INEP (2019). Elaboração: ALCOLEA CRUZ, Fernando. (2019)

Outro elemento que pode justificar a explosão no número de matriculados em cursos a distância diz respeito aos custos, uma vez que o ingresso e a manutenção do estudante no ensino superior, do ponto de vista financeiro é menos causticante. Ainda em 2017, o investimento médio na formação dessa categoria era de, aproximadamente, R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) mensais, segundo dados pela consultoria Educa Insights, em parceria com o portal EAD.com.br (EDUCA INSIGHTS, 2019), enquanto levantamento realizado pelo SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior) e publicado pelo portal de notícias UOL (UOL, 2017) dá conta que a média de custo dos cursos presenciais alcançava R\$ 898,00 (oitocentos e noventa e oito reais) no mesmo período, uma diferença superior a três vezes.

Finalmente, outros dados da OCDE (2015, p. 95) dão conta que:

(...) os programas de ensino a distância contam com mais estudantes casados (52% versus 19% no presencial), mais estudantes com dois ou mais filhos (44% versus 11%), menos estudantes brancos (49% versus 68%, estudantes relativamente mais pobres (sendo 43% versus 26% com vencimentos menores que três salários mínimo e 13% versus

25% com renda acima dos dez salários mínimos) e estudantes com pais com menos formação (18% versus 51% de pais graduados e 24% versus 54% de mães graduadas). Tradução livre.

Ocorre que, uma informação que não pode ser ignorada é taxa de conclusão em relação ao número de matriculados dos cursos de Licenciatura em Geografia, nas modalidades EAD e presencial, ao que chamaremos de Taxa de Conversão (TC), demonstrado no quadro a seguir (Quadro 2):

Quadro 2 – Geografia no Brasil

Curso de Licenciatura em Geografia - Brasil – 2018					
	Vagas Oferecidas	Postulantes	Matriculados	Concluintes	Taxa conversão
Presencial	14005	64236	7433	4561	0,61361
EAD	92104	25239	9910	3768	0,38022

Fonte: MEC/INEP (2019) Elaboração: ALCOLEA CRUZ, Fernando (2019)

Importante observar que, na categoria presencial, a TC é 40% maior que no EAD e a ainda forma 20% mais profissionais que a segunda, mesmo que ofereça praticamente um quinto das vagas e tenha um quarto menos no número de estudantes matriculados.

Ainda assim, é inequívoco que o EAD é uma realidade histórica, institucional e social no cotidiano da formação de profissional, inclusive docente, no Brasil, porém cabe saber como esse contingente de trabalho será instruído e disponibilizado para o universo educacional nacional, qual será o impacto da sua chegada nas salas de aula e quais serão os resultados futuros quando esses grupos de estudantes da graduação, presencial e remoto, se equalizarem, ou seja, quando a TC e a proporção candidatos se normalizarem.

Outras dúvidas importantes que devem ser colocadas em discussão e que dizem respeito à todas as carreiras ligadas à educação e o EAD. Dado que os custos de instalação de uma entidade exclusivamente dedicada ao Ensino a Distância tornam praticamente inviável uma empreitada como essa, tal como elucida MILL et al (2010)

Sabe-se que a estrutura administrativa, tecnológica, financeira e humana/intelectual exigida para constituição de uma instituição que ofereça exclusivamente cursos pela modalidade de educação a distância é extremamente complexa, de alto custo e de difícil aquisição/manutenção. Apesar das implicações pedagógicas

pertinentes ao fato, aproveitar a estrutura de funcionamento de uma instituição de ensino já constituída torna-se uma saída estratégica, inteligente e economicamente viável, pois essa iniciativa reduz muito os esforços e os custos de instalação dos programas de EaD.

Sendo assim, é coerente relacionar o grande número de cursos dedicados à formação de professores e outras áreas de humanidades, ocorre que, se essas graduações pretendem titular docentes das diversas áreas do conhecimento, seja nas ciências humanas, exatas, biológicas e sociais, como se dará a formação dos estudantes que ainda estão no ensino básico?

Alerta pungentemente GATTI (2009, p. 116)

Embora expressamente indutoras da ampliação da oferta de ensino superior público, as políticas do governo central, ao conferirem novo marco regulatório à educação a distância e equipararem os cursos de EAD aos presenciais, abrem novas possibilidades de atuação das IES privadas e novos nichos de mercado àquelas empresas que atuam na área com propósitos predominantemente mercadológicos, uma vez que, a despeito dos investimentos necessários para a criação e manutenção dessa modalidade de curso, seu custo aluno é menor.

(...)

A grande inquietação da comunidade de educadores diante desse quadro é que a inserção, nos moldes propostos, de uma modalidade de formação docente que é oferecida ainda de maneira mais precária que a dos cursos presenciais, em vez de contribuir para a solução da crise de formação de professores, poderá tornar mais frágeis os processos de formação docente e desestabilizar uma larga experiência acumulada de formação que, a despeito das críticas que lhe são devidas, requer alternativas que contribuam para fortalecê-la e consolidá-la. (Grifo nosso)

Eis a questão. Como se formarão os futuros ocupantes das cadeiras das universidades, nos mais diversos cursos, que demandam um mínimo de instrução nas mais diversas áreas do conhecimento dentro de um panorama em que a precarização perpassa a formação, a atuação e a conformação da práxis do professor graduado e que, em breve, atuará (ensinando)? Ainda, como e em que condições, metodológicas e de conteúdo, serão instruídos os alunos desse indivíduo?

3. ENSINO SUPERIOR E ENSINO BÁSICO: OS DESAFIOS DO EAD

3.1 ENSINO SUPERIOR

A seguir verificaremos algumas peculiaridades sobre a distribuição dos estudantes de Licenciatura no país, em especial os de Geografia (Mapas 1 e 2), e dos alunos dos anos finais do ensino fundamental (Mapas 3 e 4) e médio (Mapas 5 e 6), uma vez que é esse público o demandante principal dos licenciados.

Importante perceber que, em alguns casos, os estados mais carentes desse profissional, quando considerada a média de alunos por professor (Mapas 3 e 5), não necessariamente são os que contam, nem com maior número de campi universitários, ou polos EAD que ofereçam o curso Geografia, nem com o maior número de estudantes da carreira (Mapas 1 e 2). Complementar ao fato, visível a consolidação da chamada “Região Concentrada”, termo cunhado pelos geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira, que a delimitam às regiões Sudeste e Sul.

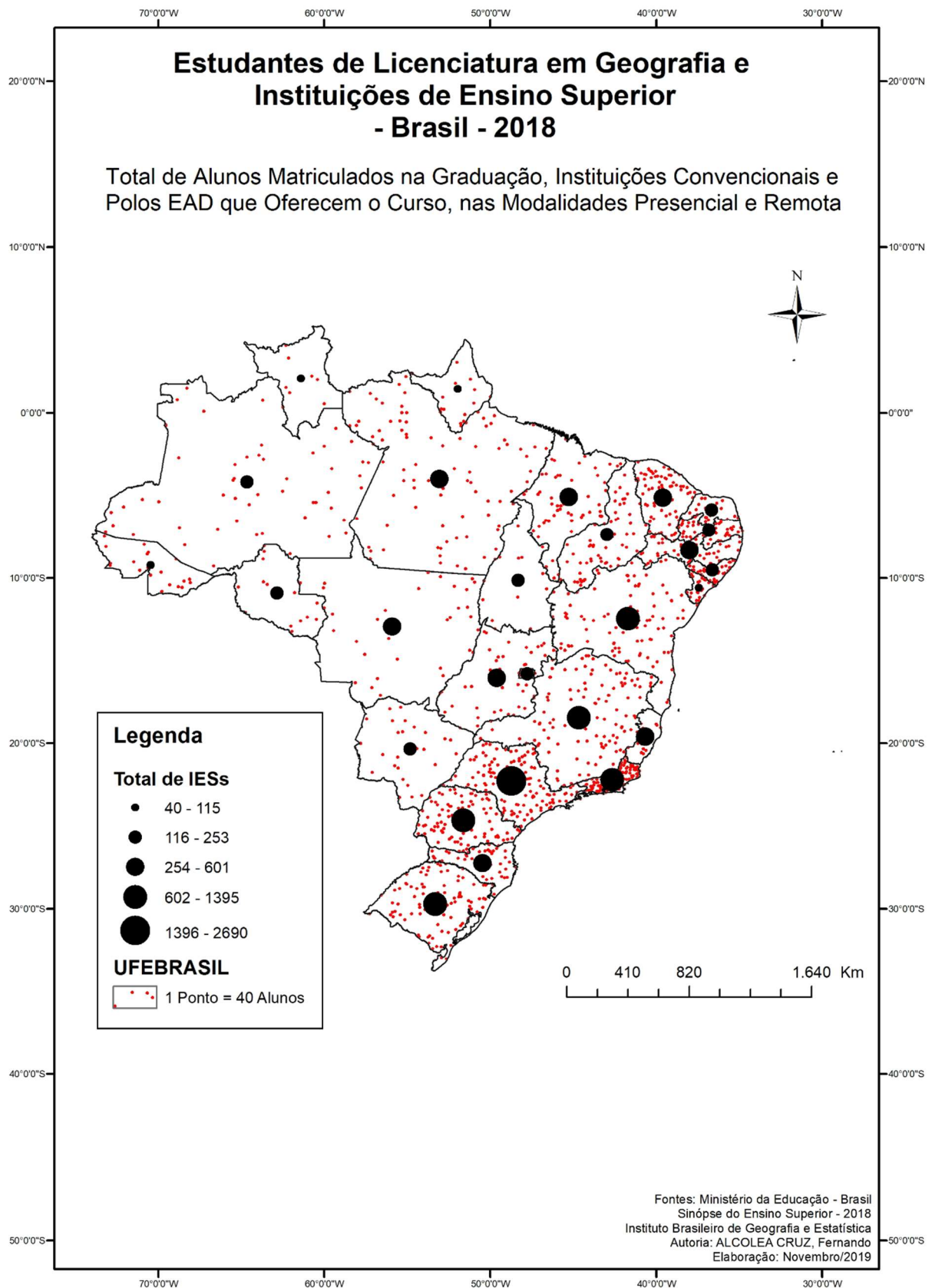
Não por acaso, segundo SANTOS e SILVEIRA (2006, p.140-141), “a economia atual necessita de áreas contínuas, dotadas de infraestruturas coletivas, unitárias, (...) privilegiadas pela concentração (...) e maior especialização”, ou seja não seria coincidência que os entes federativos desse recorte concentrem a maior oferta de cursos, unidades educacionais e alunos em formação, uma vez que é o recorte territorial mais densamente povoado, o que conta com maior infraestrutura comunicacional e logística, além de angariar a maior parte dos investimentos brutos.

Entretanto, curioso perceber que, quando se observa a realidade das salas de aula do ensino básico essa pujança não se traduz em melhores condições de trabalho para o professor, como detalharemos mais adiante.

Quando voltamos a atenção para o adensamento e a oferta de cursos de Licenciatura em Geografia, o comportamento se repete. O recorte segue mostrando a predominância dos estados do Sudeste e do Sul, com 116 instituições ofertando a formação, 47% do total. O número é semelhante ao de estudantes que se encontram na amostra, o qual chega na casa dos 43% dos matriculados.

No entanto é importante notar, em comparação com os dados de concentração nas salas de aula, que é justamente na região Norte em que se encontra o menor número de graduandos, a despeito da oferta de vagas tanto das instituições de modalidade presencial, quanto à distância.

Mapa 1 – Estudantes e Cursos de Licenciatura em Geografia



Ainda sobre esse pedaço do território, cabe destacar a relevância dos polos EAD, uma vez que o deslocamento ainda se dá de forma precária para o estudante do interior, que poderia pleitear uma vaga nos grandes centros, mas que acaba com seu raio de alcance limitado, ironicamente, pela geografia - e também por questões político-administrativas alheias à este trabalho -.

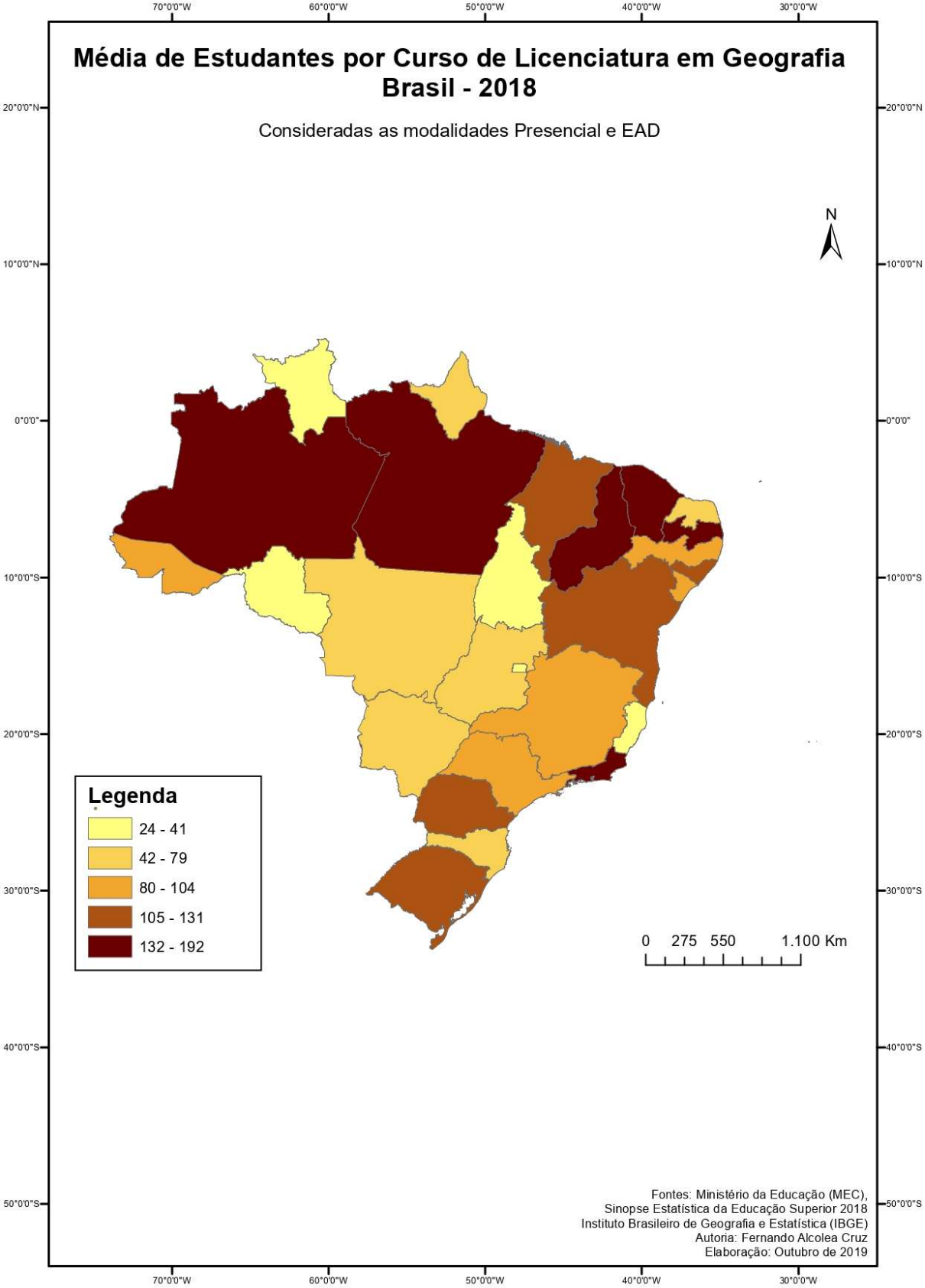
Assim sendo, é digno de menção que os estados do eixo Norte-Nordeste agregam organicamente o maior agrupamento de estudantes de Licenciatura em Geografia. Os estados do Amazonas, Ceará, Pará, Paraíba e Piauí, além do Rio de Janeiro, contam com milhares de alunos espalhados nas graduações, tanto presencial, quanto à distância, e representam as maiores turmas enquanto Espírito Santo, Rondônia, Roraima e Tocantins mal alcançam 40 alunos por grupo (Mapa 2).

De volta a Região Concentrada, como mencionado anteriormente, a proporção se dissolve entre cursos e matriculados dada a grande oferta de vagas e consequente capilaridade das instituições na extensão do território. Releva analisar, por outro lado, em complemento, e não por coincidência, que pelo menos oito das dez universidades melhor avaliadas em levantamentos como o Ranking Universitário Folha 2019 (FOLHA, 2019) e Melhores Universidades Catho (CATHO, 2018) se encontram ali, o que explica a grande concorrência, tanto entre os candidatos para ocupar os prestigiosos bancos da Universidade de São Paulo (USP), com média de quase 14 candidatos disputando uma das quase 130 mil posições abertas (FUVEST, 2019), ou da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e suas coirmãs.

Em concorrência, nas universidades particulares, principalmente aquelas que oferecem a graduação à distância, a briga por clientes se dá - para além do universo do desejo de ingressar ao ensino superior - na capacidade financeira do futuro universitário, ainda mais ao considerarmos que os cursos EAD cobram, em média, menos de um terço do valor da mensalidade dos cursos presenciais equivalentes e a oferta de vagas é maciça, superando em praticamente cinco vezes o número de inscritos nos processos seletivos

Isto posto, se explica também a distribuição dessas entidades ao longo do território, sendo perceptível a confluência da instalação de universidades, principalmente particulares - as principais prestadoras de serviços a distância -, nos principais eixos de circulação das cidades, próximas a estações de metrô e ônibus.

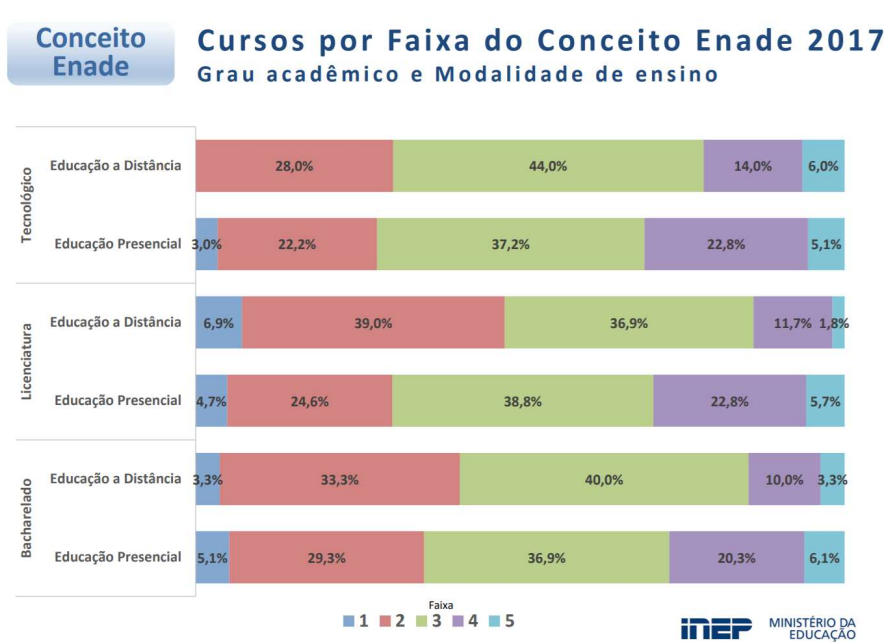
Mapa 2 – Média de Estudantes



Inevitável discutir as constantes comparações entre a formação presencial e remota. Indicativo de preocupação quanto ao EAD, ainda que sob um enfoque quantitativo, é o desempenho dos graduandos dessa categoria no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Na última prova em que foram avaliados cursos de licenciatura, em 2017, segundo dados do INEP (INEP, 2018), 45,9% dos cursos EAD tiraram notas 1 e 2, as menores segundo o critério descrito pelo ministério, enquanto 29,3% dos cursos presenciais tiveram o mesmo desempenho. No extremo oposto, somente 13,5% das graduações remotas obtiveram conceitos 4 ou 5 - os melhores - ante 28,5% do ensino convencional, conforme se pode verificar no gráfico abaixo (Gráfico 8):

Gráfico 8 - Enade



Fonte: MEC/INEP (2017).

Tamanha discrepância já vem chamando atenção dos veículos de comunicação, inclusive os mais populares, como se pode verificar no editorial publicado pelo jornal Agora São Paulo (AGORA, 2019), do Grupo Folha, em 23 de setembro de 2019:

Cada vez mais gente opta por fazer um curso superior a distância. Os dados oficiais mostram que, em 2018, o número de vagas oferecida nessa modalidade ultrapassou pela primeira vez a do ensino presencial: foram 7,2 milhões ante 6,4 milhões. A quantidade de cursos saltou de 2.108, no ano anterior, para 3.177.

(...)

Com a crise econômica, que encolheu o orçamento das famílias, muitos estudantes também fizeram essa escolha.

(...)

Se essa tendência persistir, o risco mais óbvio é de queda da qualidade da educação superior do país, que já não é lá grande coisa. Os exames de desempenho de estudantes apontam que apenas 15% dos cursos a distância tiraram as notas mais altas, enquanto nos cursos presenciais a proporção foi de 29%.

(...)

A tarefa de impedir a proliferação de alunos e profissionais mal preparados cabe ao poder público. É preciso muito cuidado com as arapucas no ensino. (AGORA, 2019)

Consoante, em artigo intitulado “Educação a distância assim, não” publicado no dia 23 de julho de 2019, no jornal Folha de S. Paulo, o ex-presidente do INEP e professor de Física da USP, Otaviano Helene, adverte, entre outras coisas, a ausência de critérios claros de distribuição dos cursos, que levem em consideração as necessidades regionais do país, o derrame de vagas, muitas delas desocupadas, e a ausência das atividades de interação, a o que cita:

A educação a distância e todos os demais recursos que possam favorecer os processos de ensino e aprendizagem devem ser e têm sido incorporados ao sistema educacional. Entretanto, a forma pela qual a educação a distância foi implantada no Brasil a distorceu de tal maneira que, com poucas exceções, tem se mostrado mais danosa do que benéfica.

(...)

A educação, inclusive em nível de pós-graduação, depende, além das aulas, das atividades presenciais, tais como debates, seminários, discussões na frente de uma lousa ou em torno de uma mesa, presença em laboratórios, interação entre estudantes e a interação destes com pesquisadores e professores.

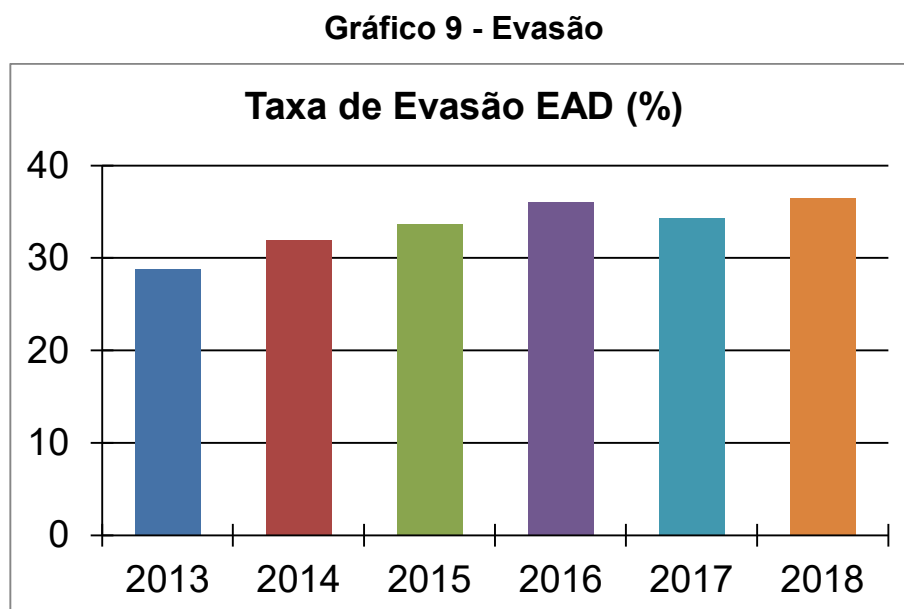
(...)

Esses fatores, bem como a impossibilidade de troca de experiências com colegas, têm sido apontados como responsáveis pelas enormes taxas de abandono na educação a distância. (HELENE, 2019)

De fato, segundo o MEC a taxa de ocupação de vagas no EAD em 2018 mal passou dos 21%, enquanto nos cursos presenciais índice foi de quase 52%. Além disso, o número de concluintes foi 990.415 estudantes graduados, versus 273.873, respectivamente. Tais valores podem ser resultado dos movimentos de evasão dos cursos a distância, que em média, são cerca de 20% maiores em comparação com sua contraparte.

Dados colhidos pela Folha de S. Paulo (PINHO, 2019) junto ao INEP e ao Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP) dão conta que, historicamente, esse é um movimento consolidado no EAD

e, pelo menos entre 2013 e 2018, não deu sinais de redução, como se pode conferir no gráfico (Gráfico 9) adiante:



Adaptado de: FOLHA (2019). Elaboração: ALCOLEA CRUZ, Fernando. (2019)

Dos diversos fatores que podem levar a essa fuga dos “estudantes a distância”, esclarece OLIVEIRA et al (2017)

Autores como Netto, Guidotti e Santos (2012) afirmam que a evasão ocorre por motivos financeiros, por falta de tempo e não adaptação ao método, enquanto que fatores como a boa qualidade do material e dos sistemas de comunicação foram determinantes para a permanência dos alunos nos cursos a distância. Ao mesmo tempo, autores como Hart (2012) e Jordan (2015) apontam que os fatores que colaboram na permanência dos alunos são motivação, interação com o tutor, a duração do curso, o sentimento de pertencimento a uma comunidade e o apoio de familiares e amigos, que vão ao encontro das ideias de Tinto (1982, 1988) quando este trata da integração social.

Complementam os alertas, as impressões de FREIRE (1997, p.61) a respeito da chamada “Educação Bancária”, sobre a qual o autor adverte que, *“em lugar de comunicar-se, o educador faz comunicados e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem*. Nela o educando assume papel quase que plenamente passivo (como em frente à tela do computador) uma vez que é o educador, nas palavras do autor, quem educa, pensa, exige disciplina, atua e escolhe o conteúdo programático. Por fim, só ele é o sujeito ativo do processo.

3.2 ENSINO FUNDAMENTAL

Nos anos finais do Ensino Fundamental (EF), como se pode ver no é que se encontram as maiores médias de alunos por professor em sala de aula (Mapa 3). Estados como Alagoas, Pernambuco e Rondônia, além do Distrito Federal chegam ter quase o dobro de estudantes que os seus pares.

Considerando que a oferta obrigatória de posições nesse período é maciçamente de responsabilidade dos governos municipais e estaduais, é justamente aí que se encontram um dos maiores gargalos da profissão, as condições de trabalho do profissional.

Segundo o Indicador de Esforço Docente (IED) (INEP, 2018) do MEC (Mapa 4), apenas os estados do Ceará, Bahia, Roraima, Amazonas, Maranhão, Amapá, Acre e o Distrito Federal tem menos da metade dos seus professores abaixo dos níveis 4 e 6 - os piores da escala, estando o Paraná no topo da lista, com quase 70% dos docentes nessa condição.

Levando em consideração a quantidade de atividades desempenhadas pelo professorado no cotidiano escolar e o volume de indivíduos com os quais ele tem de se relacionar, nas mais diversas esferas e com os mais distintos interesses, cabe questionar se esse profissional não sofrerá com a ausência - para além do ferramental teórico, que em tese o EAD contempla - dos instrumentos adquiridos pela convivência diária com outros colegas, com professores, com os desafios impostos pela vida em comunidade.

Ou seja, como se comportará quando saltar do ambiente controlado das salas de informática, ou da sua própria casa, onde as interações são limitadas e consolidadas, para a escola, com suas salas de aula lotadas de jovens que, mesmo ainda em tenra idade, experimentam os primeiros passos em direção a ebulição da pré-adolescência?

Como irá reagir ao burburinho da classe, gerado por uma pergunta enviesada, ou maliciosa? Qual postura irá adotar quando espocarem os conflitos, tão naturais na juventude? De que forma irá reagir ao ser interpelado por um aluno em crise?

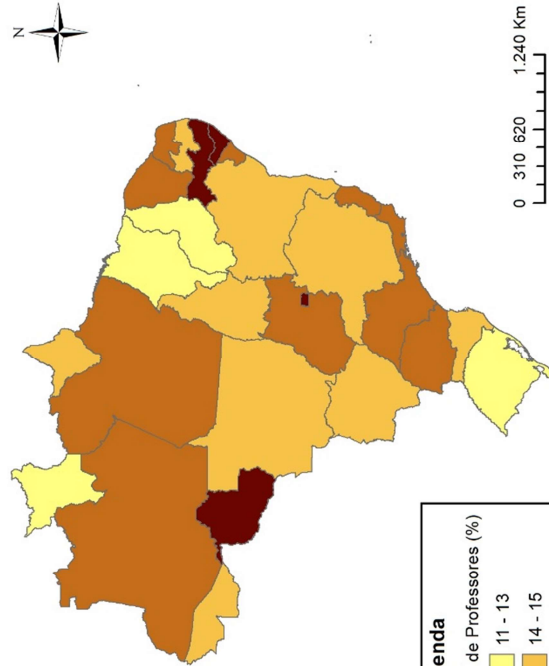
Longe de os cursos presenciais trazerem respostas prontas para todas essas perguntas, ao menos o instrumental social oferecido é mais rico em possibilidades e experiências.

Quadro Geral de Estudantes e Professores do Ensino Fundamental - Brasil - 2018 Proporção Alunos por Professor e Indicadores de Esforço Docente

Mapa 3

Estudantes por Professor no Ensino Fundamental Brasil - 2018

Média de matriculados por profissional docente no anos
 finais de formação - 6º a 8º Anos - em todas as disciplinas



Legenda

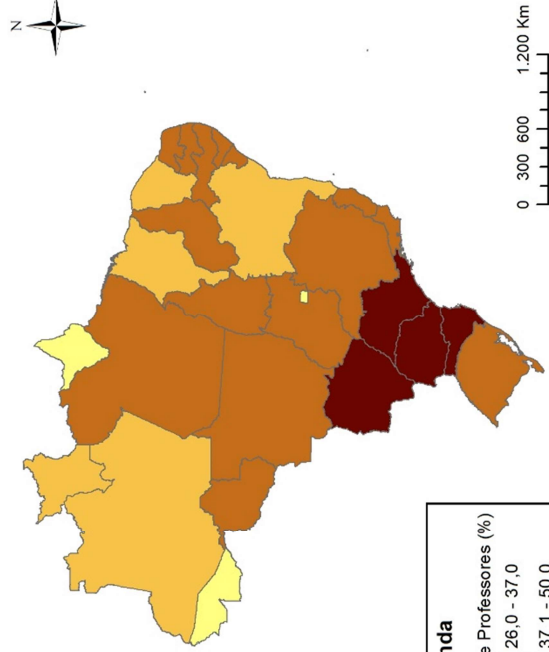
Total de Professores (%)	11 - 13
	14 - 15
	16 - 18
	19 - 22

Fonte: Ministério da Educação - INEP - Brasil
 Síntese do Ensino Básico 2018
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 Autoria: ALCOLEA CRUZ, Fernando
 Elaboração: Novembro/2019

Mapa 4

Indicador de Esforço Docente

Percentual total dos professores entre as faixas 4 e 6



Legenda

Total de Professores (%)	26,0 - 37,0
	37,1 - 50,0
	50,1 - 61,0
	61,1 - 68,8

Fonte: Ministério da Educação - INEP - Brasil
 Indicador de Esforço Docente 2018
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 Autoria: ALCOLEA CRUZ, Fernando
 Elaboração: Novembro/2019

3.3 ENSINO MÉDIO

Repetem-se as agruras do EF e se agrava o quadro no IED.

Aqui os estados do Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco e o Distrito Federal apresentam as maiores médias de estudantes por docente, mais que o dobro das menores salas, as quais se encontram em Roraima e Mato Grosso (Mapa 5).

Dado relevante diz respeito ao Acre, Amapá, Ceará e Distrito Federal que tem menos de metade dos seus professores abaixo das faixas de maior esforço do indicador. Em oposição, nos estados de São Paulo, Pará e Paraná, são mais de 70% dos professores que se veem nos índices mais elevados (Mapa 6).

Alarmante que Alagoas, Piauí, Sergipe e Pará contam com mais de 10% dos seus professores no nível 6 do IED, o extremo, sendo que este último tem quase um quinto dos profissionais em esforço máximo.

Interessante notar que, mesmo muito adensado na relação alunos/professor, o Distrito Federal é o estado em que o levantamento dá conta da menor carga IED (Mapa 6), com 67% dos professores nas escalas 1 a 3 - menor número de turmas, menos alunos nas classes e jornada dedicada a menos colégios.

O ambiente do Ensino Médio (EM) traz consigo, além das questões particulares que envolvem a adolescência e a juventude - físicas, fisiológicas, comportamentais, ideológicas, etc. -, o rápido avizinhamento da vida adulta e, por consequência dos desafios e paradigmas à ela inerentes.

Fazer faculdade, ou não? Se sim, qual? Realizar o sonho de ingressar numa carreira menos “prestigiosa”, ou partir para as clássicas e consolidadas? Trabalhar, onde, com o que? Como encontrar espaço no mercado se não há experiência?

Essas e mais outras inquietações estão na cabeças dos alunos e extravasam, muitas vezes - dada a constância, a confiança e a proximidade -, no professor, que tem de trabalhar à distância necessária que se deve estabelecer com o estudante, para que não haja mal-entendidos e desconfortos, mas que não pode, solenemente, ignorar a condição daquele ser humano, muitas vezes fragilizado pelas limitações impostas por uma sociedade marcada pela fugacidade e pelo consumo.

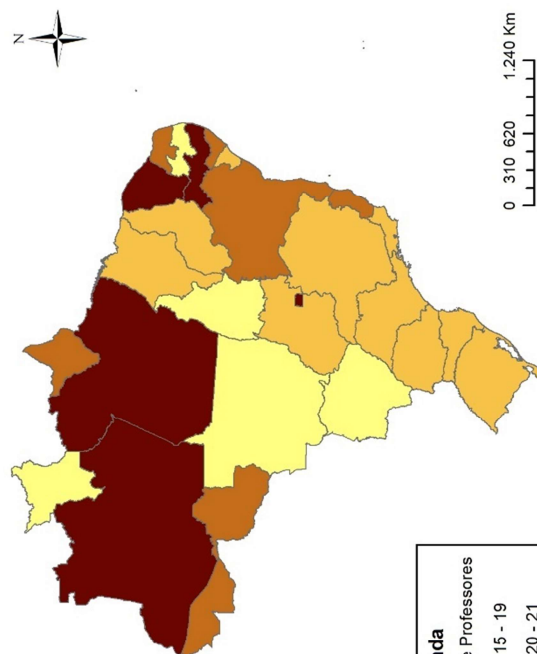
Como vislumbrar todo esse universo, sem interagir socialmente? De que forma é possível se “humanizar” a prática do professor formado a distância sem o convívio humano?

Quadro Geral de Estudantes e Professores do Ensino Médio - Brasil - 2018 Proporção Alunos por Professor e Indicadores de Esforço Docente

Mapa 5

Estudantes por Professor no Ensino Médio Brasil - 2018

Média de matriculados no Ensino Regular, Técnico Profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, em Instituições Públicas Privadas, por Profissional Docente



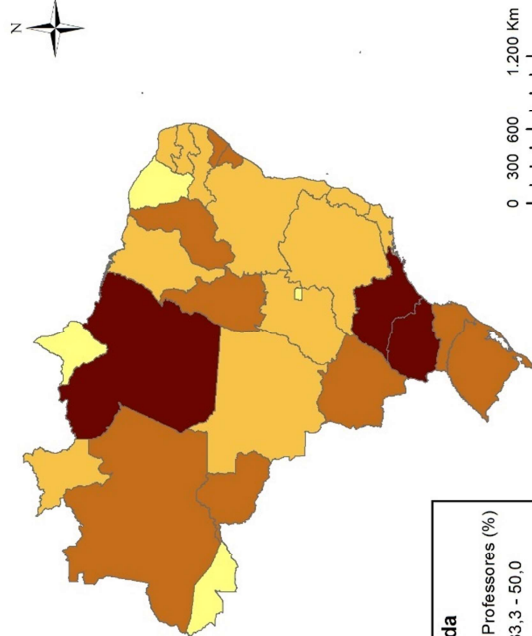
Legenda	
Total de Professores	
15 - 19	
20 - 21	
22 - 27	
28 - 31	

Fonte: Ministério da Educação - INEP - Brasil
 Síntese do Ensino Básico 2018
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 Autoria: ALCOLEA CRUZ, Fernando
 Elaboração: Novembro/2019

Mapa 6

Indicador de Esforço Docente

Percentual total dos professores entre as faixas 4 e 6



Legenda	
Total de Professores (%)	
33,3 - 50,0	
50,1 - 63,0	
63,1 - 70,0	
70,1 - 75,4	

Fonte: Ministério da Educação - INEP - Brasil
 Indicador de Esforço Docente 2018
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 Autoria: ALCOLEA CRUZ, Fernando
 Elaboração: Novembro/2019

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da análise se pode constatar outras fragilidades enfrentadas pelo professor no Brasil e que vão para além das condições materiais.

A superlotação de salas, as condições de stress a que são submetidos, a concorrência - e consequente precarização do ofício - e as políticas que ao mesmo tempo incluem em quantidade, mas não em qualidade, incham as universidades e despejam ainda mais potenciais profissionais frustrados num terreno em que os docentes já são estigmatizados.

Competir com as novas tecnologias é mais um ingrediente na luta diária do professorado em exercer seu mister da melhor maneira, mas quando é essa mesma tecnologia que também debilita sua formação, a batalha se torna quase desleal. E quando esse profissional se forma debilmente é a sociedade quem sofre.

Legislações reativas que tentam apagar necessidades estruturais são, como o nome esclarece, uma tentativa de mediar problemas que não foram vislumbrados, ou para os quais não se deu a devida atenção anteriormente.

Políticas de acesso à educação são mais que bem-vindas, mas necessárias, entretanto não se pode, em seu nome, agir de maneira indiscriminada e inconsequente. Se, porventura, todas as vagas destinadas às Licenciaturas em EAD, por exemplo, forem ocupadas, e que os estudantes concluam seus estudos, onde esse contingente irá se instalar?

Num mundo ideal, haveria parâmetros muito mais claros que justificassem essa expansão. Avaliar não somente a demanda, mas a oportunização de acesso ao trabalho em condições minimamente dignas, as quais envolvem políticas salariais, melhor balanceamento entre jornada de trabalho versus tempo de descanso – permeadas por ambientes e oportunidades de aprimoramento -, a definição – e o efetivo cumprimento – de um número máximo de alunos em sala, enfim. Todos esses elementos, quando e se bem combinados, se traduzem em fatores que tornam a profissão, no mínimo, mais convidativa e não num ralo por onde passam aqueles que, apesar das boas intenções e desempenho de alguns, encontram uma porta escancarada para o desconhecido e, pior, podem vir a guiar as próximas levas de estudantes à um limbo em que o cansaço e o desânimo serão marcados ainda mais indelévelmente na prática docente, criando mais um círculo vicioso em que a mediocridade, a ignorância e a frustração estão no centro.

Somada a essas “boas práticas” necessárias, porém negligenciadas, a formação, por sua vez, também vislumbraria sobremaneira o conteúdo, o método, a prática e a vivência desse profissional - em consonância com a realidade em que se insere, nas diversas escalas -, para além de condições político-econômicas de um país. A educação é ferramenta essencial da construção da cidadania e da soberania dos cidadãos sobre suas vidas e destinos.

É inconsequente iludir massas desejantes e neste caso devemos especial atenção àqueles que buscam, na graduação, uma ponte para a melhora da sua condição social, ou encontram nele o terreno mais fértil para realização de sonhos, identificando - no ensino superior - a resposta de desejos que, não raramente, atravessam gerações das famílias desses profissionais.

Com destaque, a formação de professores é ainda mais frágil e delicada, ao mesmo tempo em que é estratégica. Ao se apostar no EAD para a construção de um contingente profissional que irá, invariavelmente, instruir as futuras gerações, se abre um precedente perigoso na conformação de uma sociedade.

Para a Geografia, disciplina que vem sendo violentada continuamente, assim como para suas irmãs das chamadas “áreas de humanas” - às quais foi relegado papel secundário na formação do estudante, uma vez que os itinerários formativos da BNCC teriam como foco principal garantir o que, nas palavras do MEC, seria a oferta de uma “educação de qualidade” – o ambiente se mostra claramente preferencial à formação técnica e profissional das novas gerações de estudantes, sem juízo de valor àqueles que tem suas pretensões para áreas mais cartesianas do conhecimento porém, em detrimento ao fortalecimento de um meio plural de ideias, fértil em senso crítico e constitutivo da cidadania plena, não meramente ocupacional.

Em nome de um suposto pragmatismo utilitarista, somado a condições mercadológicas favoráveis e a incompetência das instituições na busca pela equalização dos impactos de crises, além de políticas mal estruturadas, a formação de professores mostra contornos de tragédia no Brasil dos dias de hoje. Grave é perceber que o futuro próximo tende a contemplar um fazer e um saber-fazer com pouquíssima crítica, reflexão e praticamente sem questionamento, ganhando ares ainda mais impessoais, em que modelos pré-concebidos grassarão nos bancos das universidades e se reproduzirão nas escolas.

Decorrente disso, o estudante da educação básica também se torna

refém de uma dinâmica em que ele, sem saber, acaba por reproduzir práticas, percepções e valores que são transmitidos verticalmente, desde o professor.

A humanidade, a ciência e a técnica, não se dão suspensas no ar, bem como o conhecimento, a experiência e a vivência não são virtuais. Elas se dão, sim, sobre o chão. São materializadas no dia-a-dia, se incrustam no indivíduo como rocha na paisagem e interferem no seu viver, sendo assim, a construção do professor é fruto da sua prática e sua práxis, também enquanto estudante.

Formar o indivíduo responsável pela apresentação inicial do aluno ao universo e ao mundo, em todas suas escalas, envolve instrumentalizá-lo, também para o diálogo, para compreensão das diferenças, para trabalhar com seu próprio conhecimento e o do outro, num ciclo constante e interminável de trocas que, mesmo nem sempre bem sucedidas, são fundamentais para o desenvolvimento das pessoas e das comunidades.

A vivência acadêmica, somada à realidade de cada grupo, desafia o educador em formação a se constituir, para além de mera ferramenta de transmissão de conteúdo, mas em referência não só para seus alunos, porém para si mesmo. É ao próprio conhecimento, adquirido ao longo dos anos e fruto das interações, que o docente recorre. É o ferramental do qual dispõe para trabalhar, é de lá que vai tirar o conteúdo que tem de ensinar, as formas de execução e inferir o resultado esperado na prática.

Desta forma aquele que deseja viver o e do magistério merece ser respeitado, bem como o ingresso e disponibilização de espaços para a formação desse profissional precisam ser melhor estudadas, para que esta pessoa não seja condenada a formações precárias e descartáveis, que podem relegá-la a própria sorte de encontrar, ou não, uma sala de aula para “chamar de sua”. E mesmo encontrando-a, que esta seja minimamente estruturada para que o bom desempenho do professor seja reproduzido na formação de cidadãos conscientes, críticos e coerentes em pensamentos, discursos e atos.

De nada adianta espaço disponível, sem que haja interesse em ocupá-lo, afinal as regiões mais demandantes de professores são as que tem menos estudantes interessados na docência, como se pôde verificar.

Aprofundando ainda mais a discussão, dada a nova realidade imposta pela BNCC, com a flexibilização da oferta de conteúdo via EAD para os estudantes do ensino médio, quantas vagas de docentes serão encerradas, uma vez que

videoaulas podem ser reproduzidas em qualquer lugar, a qualquer momento, e repetidas à exaustão?

Aqui se encontra um novo personagem que é chave nessa equação, o tutor. Figura que será mais propriamente discutida nos próximos passos desta pesquisa, mas que funciona como peça de transição e mediação entre os alunos dos ambientes virtuais de aprendizagem e o professor.

Voltando para a realidade do docente, considerando que são as escolas públicas as que mais absorvem essa massa trabalhadora, imprescindível questionar como se portarão os governos, sendo que um terço dos professores já são contratados em regime temporário, segundo dados da Sinopse Estatística da Educação Básica 2018, divulgada pelo MEC este ano.

Ou seja, os já desprestigiados profissionais eventuais ainda terão espaço nesse novo cenário?

Sob a luz da legislação e com pretexto de reduzir burocracias e encargos “sem prejuízo a população”, estas posições também poderão ser extintas, bem como aconteceu com os docentes efetivos, quando da implementação das regulamentações estaduais para a contratação de professores sem concurso.

Ocorre que a culpa não pode cair nas costas daqueles que ascenderam ao Ensino Superior, nem sobre os estudantes nas escolas, que, afinal, são o “consumidor final” dos resultados da aplicação dessas políticas.

Nesse cenário, recai um pesado fardo sobre a Geografia, sendo que a ela cabe a explicação do mundo atual e o vislumbre do porvir.

Sendo uma ciência de síntese, bebe da fonte das demais para, em si, identificar, quantificar, qualificar e, acima de tudo, localizar as coisas; trazer o mundo para mais perto do indivíduo, independente da distância em que se encontre do objeto vislumbrado.

É a geografia que deu ao homem o conceito e o valor do ecúmeno, foi ela que guardou para a posteridade os documentos necessários para compreender o universo do visível e do invisível, é ela que revela aquilo que se deseja esconder, como se tentou mostrar ao longo deste trabalho.

À disciplina cabe, também, desvelar os limites muitas vezes vistos como intransponíveis, na medida em que se constroem relações que vão para além da ciência dura, ou dos números isoladamente. É ela que dá ao termo totalidade um sentido realmente amplo, uma vez que, muitas vezes, da percepção individual do lugar

e da inquietação da imobilidade, o homem se moveu e revelou as faces desconhecidas do planeta em que vive.

Ao professor da matéria é deferido o direito de explorar o mundo com seus alunos, desde o espaço em que eles ocupam na sala de aula. É dali, em princípio, que se descobrem as posições dos lugares - físicos, ou não - e se lançam para desbravar.

A Geografia solta as amarras impostas pelo cotidiano. É com ela que os alunos conhecem o mundo e as razões pelas quais ele se encontra na situação em que está, é com esse professor que se aprende onde nasce o Sol e por que a Terra é - e sempre foi - redonda - um geoide, na realidade, mas cabe essa gentil, porém controlada generalização aos pequenos. A matéria é guia na exploração do mundo fora da sala de aula.

Cabe ao seu professor ter visão holística do todo, sem pretensão de ser onisciente, saber descrever a paisagem com desejo e profundidade suficientes para fazer crescer a curiosidade, reconhecer as situações e os lugares onde elas se dão com sensibilidade para questionar o que é tido como imutável.

Sobre seus ombros são colocados séculos de observação do ambiente, do cotidiano, das interações homem-natureza, das sociedades e comunidades, das intencionalidades e das realizações da raça humana, com especial aptidão e liberdade de análise.

E é sobre as relações humanas que se constrói o professor.

Como se pode exigir tamanho esforço de estudo, percepção, investigação e validação sem que haja relação com seus iguais?

Encarar as dificuldades e, por elas, encontrar meios de interagir com as diversas esferas que interferem no cotidiano do indivíduo e do grupo, buscando nexos causais e relacionais - fruto da observação do exterior e da convivência com os diferentes -, perpassarão a vida do professor que, em tendo essa clareza, encontrará realização pessoal e profissional, e legará ao estudante, para o qual o mundo se desvelará, o caminho melhor pavimentado.

Ao professor de Geografia cabe integrar conceitos e conhecimentos de áreas distintas. Dele se exige o domínio do conteúdo duro da ciência que estuda e pretende ensinar, somado às quase infinitas possibilidades e técnicas que a pedagogia, outra ciência da qual se serve, vem a oferecer.

Por fim, esta não é uma detração, nem das iniciativas de ampliação

de formas de acesso ao ensino superior, tampouco aos corajosos que ainda buscam, na educação, os elementos que consideram justos e necessários para a emancipação e empoderamento, próprios, da sua comunidade e da humanidade, mas sim um alerta de que é necessário que se tenha claras as condições a serem enfrentadas.

A oportunidade de se entender e criar identidades e espírito de corpo, frutos de um processo de socialização que leva à percepção e compreensão das diferenças conduzirá, professores e estudantes, à um entendimento de mundo mais amplo, complexo e completo das relações que nele estão contidas e a visão de que seus direitos e deveres estão presentes no dia-a-dia da universidade e da escola, e de lá se projetam para a vida do cidadão em formação.

A educação e a vida se retroalimentam num contínuo, de tempos, acontecimentos, sentimentos e sensações, que se acumulam no indivíduo e na comunidade em que ele vive. Portanto vulnerabilizar as condições nas quais se formam os professores é, não somente uma aposta perdida, mas um crime contra a humanidade, contra a cidadania, contra a liberdade, contra o conhecimento, contra a crítica bem qualificada.

Atentar contra a educação é assassinar o futuro.

5. REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa, PERONI, Vera. **A FORMAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES COMO CAMPO PARA OS NEGÓCIOS?** In A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Org. Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado. Recife: ANPAE, 2018 p. 49-54. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>>. Acesso em 14/10/2019.

AGORA. **O Risco da Distância**. Publicado em 23/09/2019. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/editorial/2019/09/o-risco-do-ensino-a-distancia.shtml>. Acesso em: 23/11/2019

ALVES, Lucinéia. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância. P. 83-92. 2011. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/issue/view/13/3>>. Acesso em: 28/10/2019.

AMARAL FILHO, Fausto dos Santos. **PRESENÇA DISTANTE, DISTÂNCIA PRESENTE: UMA REFLEXÃO SOBRE A EAD**. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional. Curitiba. v. 6 n. 13 p. 13-26 (2011). Disponível em: <http://universidadetuiuti.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq13/2_presenca_cp13.pdf> Acesso em: 15/10/2019

BELLONI, Maria Luiza. **ENSAIO SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, Campinas. Abril/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a08v2378.pdf>>. Acesso em 14/10/2019

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo, Brasiliense. 2007. Disponível em: <<https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/04/Cole%C3%A7%C3%A3o-Primeiros-Passos-O-Que-%C3%A9-Educa%C3%A7%C3%A3o-Carlos-Rodrigues-Brandao.pdf>>. Acesso em 01/11/2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2017**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>>. Acesso em 14/11/2019

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 3**. 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622>. Acesso em: 28/11/2019

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **ENSINO MÉDIO NO BRASIL**. Brasília. 2014. Disponível em <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-coordenada-ensino-medio-no-brasil.htm>>. Acesso em: 13/10/2019

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em:

15/10/2019

BRASIL, **Decreto 5.622** (Revogado). Brasília. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 11/11/2019

BRASIL, **Decreto 9.057**. Brasília. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em: 11/11/2019

BRASIL, Lei Nº 9394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11/11/2019

BRASIL. Lei 13.005. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 11/11/2019

CARROL, La Shun L. **A Comprehensive Definition of Technology from an Ethological Perspective**. Soc. Sci. 2017, 6, 126. 2017. Disponível em: <<http://philsci-archive.pitt.edu/14078/1/A%20Comprehensive%20Definition%20of%20Technology%20from%20an%20Ethological%20Perspective%20FULL%20TEXT.pdf>>. Acesso em: 02/11/2019

CATHO. **Ranking CATHO Com as Melhores Universidades do Brasil 2018**. Disponível em: <https://www.catho.com.br/educacao/melhores-faculdades>. Acesso em 23/11/2019

CORREIA, Teodósia Sofia Lobato. **EXPERIÊNCIA EXTRAESCOLAR**. In Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente. Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=293>>. Acesso em: 28/10/2019

EDUCA INSIGHTS. **85% DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA VÊM DA ESCOLA PÚBLICA**. Publicado em: 01/09/2019. Disponível em: <https://educa-insights.com.br/2019/09/01/85-dos-alunos-de-ead-vem-da-escola-publica/>. Acesso em: 29/11/2019

FGV. **Estudo revela que educação impulsiona mobilidade social no Brasil**. Portal FGV. 2019. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/estudo-revela-educacao-impulsiona-mobilidade-social-brasil>>. Acesso em: 01/11/2019

FOLHA. **Em 1 ano, ensino a distância 'rouba' 120 mil alunos de cursos presenciais**. Publicado em 14/10/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/em-1-ano-ensino-a-distancia-rouba-120-mil-alunos-de-cursos-presenciais.shtml>>. Acesso em 23/11/2019.

FOLHA. **Ranking Universitário Folha – RUF**. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/>. Acesso em 23/11/2019

FREIRE, Paulo. **Educação bancária e educação libertadora**. In Introdução à psicologia escolar. Org. Maria Helena Souza. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. 468 p

FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: SABERES NECESSÁRIOS À PRÁTICA EDUCATIVA**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUVEST. FUVEST 2019 - **Relação Candidato/Vaga – Inscritos**. 2019. Disponível em: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2018/11/relacao_candidato_vaga_completa_2019.pdf. Acesso em 26/11/2019

GATTI, Bernardete Angelina, BARRETO, Elba Siqueira de Sá, DALMAZO, Marli Eliza, ANDRÉ, Afonso de, ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **PROFESSORES DO BRASIL: NOVOS CENÁRIOS DE FORMAÇÃO**. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/single-view/news/professores_do_brasil_novos_cenarios_de_formacao/> Acesso em: 16/11/2019

GATTI, Bernardete Angelina, BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GIOLO, Jaime. **A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a13.pdf>> Acesso em: 14/10/2019

HELENE, Otaviano. **Educação a distância, assim não**. FOLHA DE S. PAULO. Opinião. Publicado em 27/07/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/educacao-a-distancia-assim-nao.shtml>. Acesso em 23/11/2019.

INEP. ENADE 2017: **Resultados e Indicadores**. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98271-2018-10-09-apresentacao-resultados-enade-2017-2018-10-09&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em: 24/11/2019

INEP. **Indicadores Educacionais. Esforço Docente**. 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em 22/11/2019

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO DE ALMEIDA. Sinopse **Estatística da Educação Superior 2018**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 13/10/2019

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO DE ALMEIDA. Sinopse **Estatística da Educação Básica 2018**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 13/10/2019

KENSKI, Vani. **O DESAFIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL**. Disponível

em: <<https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/011.pdf>>. Acesso em: 13/10/2019.

LEMGRUBER, Marcio. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: PARA ALÉM DOS CAIXAS ELETRÔNICOS**. Sem data. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/marcio_lemgruber.pdf>. Acesso em: 16/10/2019.

Mill, D., Brito, N. D., Silva, A. R., & Almeida, L. F. **Gestão da educação a distância (EaD): Noções sobre planejamento, organização, direção e controle da EaD**. 2010. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/daniel_mill_e_outros.pdf>. Acesso em: 23/11/2019

MINATTI, Zuleide Demetrio, THOMÉ, Nilson. **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA ATUAÇÃO EM EAD NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DE SANTA CATARINA**. IX ANPED. Caxias do Sul. 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/6612063-A-formacao-do-professor-para-atuacao-em-ead-nos-cursos-de-pedagogia-de-santa-catarina.html>> Acesso em 14/10/2019

MORGADO, Eduardo Martins. **INOVAÇÃO, NOVOS CONCEITOS AMPLIADOS: OPORTUNIDADES PARA AS EMPRESAS**. Revista de Ciências Gerenciais. Vol. 15, Nº 21. 2001. Disponível em: <<https://pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/download/2248/2148>> . Acesso em: 28/10/2019

OCDE. **EDUCATION AT A GLANCE 2018: OECD INDICATORS**. OECD Publishing. Paris. 2018. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2018_eag-2018-en>. Acesso em: 22/10/2019

OLIVEIRA, Fátima Bayma, MANTOVANI, Danielly Melina Nassif, SANTOS, Guilherme Rousseau Furrier dos, ARAUJO, Nathalia Tavares de Freitas, MARCHISOTTI, Gustavo Guimarães. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE A EVASÃO E PERMANÊNCIA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO**. 23º Ciaed. Foz do Iguaçu. 2017. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2017/trabalhos/pdf/469.pdf>. Acesso em 26/11/2019

PORTO, Cristiane de Magalhães. **Um olhar sobre a definição de cultura e de cultura científica**. In: PORTO, CM., BROTAS, AMP., and BORTOLIERO, ST., orgs. Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 93-122. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/y7fvr/pdf/porto-9788523211813-06.pdf>> Acesso em: 01/11/2019

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no Século XXI**. 9ª Ed. Rio de Janeiro. Record. 2006

SCHÖN, Donald Alan. **FORMAR PROFESSORES COMO PROFISSIONAIS REFLEXIVOS**. In: Nóvoa, A. Os Professores e a sua Formação. 2 Edição. Lisboa.

Dom Quixote, 1995.

SOARES, Maria da Conceição Silva. **Pesquisas com os Cotidianos: devir-filosofia e devir-arte na ciência**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 731-745, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em 02/11/2019

UOL. **Mensalidade de curso superior no Brasil custa, em média, R\$ 898, diz estudo**. Publicado em: 28/06/2017. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/08/28/mensalidade-de-curso-superior-no-brasil-custa-em-media-r-898-diz-estudo.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 29/11/2019

VERGARA, Sylvia Constant. **Estreitando relacionamentos na educação a distância**. Cadernos SEBAPE. Volume V – Edição Especial – Janeiro 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512007000500010>. Acesso em 20/10/2019